

ANA CAROLINA DA COSTA CARVALHO

**TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2014

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

C331t
2014
Carvalho, Ana Carolina da Costa, 1983-
Trabalho docente e adoecimento de professores do ensino
fundamental em um município da Zona da Mata Mineira / Ana
Carolina da Costa Carvalho. – Viçosa, MG, 2014.
viii, 85f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.76-80.

1. Professores. 2. Doenças profissionais. 3. Ensino
Fundamental. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento
de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.
II. Título.

CDD 22. ed. 613.62

ANA CAROLINA DA COSTA CARVALHO

**TRABALHO DOCENTE E ADOECIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM UM MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de setembro de 2014.

Alvanize Valente Fernandes Ferenc

Rita de Cássia de Souza

Maria da Assunção Calderano

Ana Claudia Lopes Chequer Saraiva
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre importante! Principalmente quando reconhecemos que o conhecimento se constrói através da interação de vários olhares. Por isso, agradeço a todos que me acompanharam nesta jornada e me ajudaram a ampliar “meus saberes” sobre educação e saúde:

À Ana Cláudia, minha orientadora, pelos anos de boa convivência e aprendizados constantes;

Ao Lucas, meu marido, companheiro maravilhoso que me acompanhou neste período e me apoiou desde o início;

Aos meus pais e irmãos que mesmo estando longe sempre estiveram ao meu lado emanando boas energias e muitas orações;

A todos professores do Programa de Pós-graduação do Departamento de Educação que contribuíram na minha formação;

À secretaria da Pós-graduação do Departamento de Educação, Eliane, que me auxiliou, sem medir esforços, na parte burocrática do mestrado;

À Vanessa Rosado que, com seu trabalho de conclusão de curso, auxiliou a minha pesquisa;

À professora Alvanize que contribuiu, desde o início, na minha formação acadêmica;

Às professoras Rita Souza e Assunção Calderano pelas contribuições neste trabalho;

À Raquel Arrieiro, Ana Luiza, Priscilla Resende, Vanessa Lopes e Licínio Filho pelas trocas de experiências importantíssimas na minha construção;

Aos meus vizinhos da Chácara do Ipê pelos momentos de risadas e grande amizade;

À banda Lútica que me proporcionou momentos terapêuticos musicais maravilhosos;

A todos que de certa forma torceram por esta conquista;

Muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iv
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA	8
1.1 – Abordagem Metodológica	8
1.2 – Contexto e participantes	9
1.3 – Instrumentos e procedimentos metodológicos	10
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 – O trabalho e suas transformações históricas	13
2.2 – A organização do trabalho no contexto capitalista e seus impactos na saúde dos trabalhadores	17
2.3 - Reestruturação da economia, reformas educacionais da década de 1990 e seus impactos na organização do Trabalho Docente	24
2.4 – Mal estar docente em professores do ensino fundamental: um levantamento de pesquisas do Banco de teses da Capes (2007-2011)	29
CAPÍTULO 3 – PATOLOGIAS REPRESENTATIVAS DOS AFASTAMENTOS DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	47
3.1 – O perfil dos docentes do ensino fundamental	47
3.2 – Patologias mais recorrentes nos professores que trabalham em um município da zona da mata mineira	52
3.2.1 – Descrição das Patologias do Aparelho Respiratório	55
3.2.2 – Descrição dos Transtornos Mentais	58
3.2.3 – Descrição das patologias relacionadas à gravidez e suas relações com o ambiente de trabalho	66
3.2.4 – Descrição das patologias do sistema osteomuscular	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	–	Número de trabalhos publicados e instituições de origem.....	30
Tabela 02	–	Temas discutidos nas dissertações no período (2007-2011).....	32
Tabela 03	–	Autores mais utilizados pelos estudos selecionados e categorias de estudo.....	33
Tabela 04	–	Organização dos trabalhos quanto aos métodos e técnicas nos estudos selecionados.....	34
Tabela 05	–	Afastamento dos professores da Prefeitura Municipal de Viçosa (2000-2011).....	48
Tabela 06	–	Frequência das patologias mais recorrentes nos docentes.....	52
Tabela 07	–	Caracterização das patologias relacionadas ao aparelho respiratório.....	56
Tabela 08	–	Caracterização dos Transtornos Mentais.....	59
Tabela 09	–	Patologias relacionadas à gravidez.....	66
Tabela 10	–	Caracterização das patologias do sistema osteomuscular.....	69

LISTA DE SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID – Código Internacional de doenças
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ENC – Exame Nacional de cursos
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social
IPREVI – Instituto de Previdência de Viçosa Minas Gerais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PREAL – Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe
PMV – Prefeitura Municipal de Viçosa
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEMENTE – Serviço de Atendimento à saúde mental do Instituto UFV de Seguridade Social
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

CARVALHO, Ana Carolina da Costa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2014. **Trabalho docente e adoecimento de professores do ensino fundamental em um município da zona da mata mineira.** Orientadora: Ana Claudia Lopes Chequer Saraiva.

As exigências do mundo do trabalho, decorrente da reestruturação produtiva, desencadearam mudanças gradativas nas instituições socioeducativas culminando na intensificação da atividade docente. As precárias condições de trabalho docente tem proporcionado pouca disponibilidade de tempo aos docentes para o exercício da função de educar, considerando a diversidade de habilidades e competências demandadas ao professor. Em contrapartida, as oportunidades de aperfeiçoamento profissional são restritas e os baixos salários têm levado muitos professores ao aumento da jornada de trabalho. Somam-se a esse contexto as cobranças e a excessiva responsabilização pela eficiência e produtividade nas atividades de ensino frente a uma realidade educacional em crise. Buscando atender a estas demandas os professores desenvolvem mecanismos adaptativos que podem os tornar mais vulneráveis fisicamente e psiquicamente resultando, muitas vezes, em adoecimentos. Visando ampliar o campo de estudo, propõe-se apresentar a pesquisa “Trabalho docente e adoecimento de professores do ensino fundamental em um município da zona da mata mineira”. Essa objetivou compreender as relações entre o trabalho docente e os adoecimentos de professores do ensino fundamental, buscando identificar as patologias que tem justificado os afastamentos desses em suas atividades profissionais. Desta forma, foi realizada uma pesquisa documental ao banco de arquivo do Instituto de Previdência visando identificar o número de docentes do município que se afastaram do trabalho, bem como, quais patologias que o justificaram. Foram identificadas 471 patologias descritas em códigos internacionais de doenças (CID’s) registradas no sistema e nas fichas cadastrais dos professores no período de 2001 a 2011. Neste interstício constatou-se o afastamento de 171 docentes, sendo a maioria mulheres. Dos 471 CID’s consultados, decodificados em patologias e posteriormente agrupados as mais recorrentes (Frequência - F) foram: i) doenças do aparelho respiratório (98F); ii) transtornos mentais (66F); iii) complicações ligadas à gravidez (31F); iv) osteomusculares (20F). A segunda etapa desta pesquisa foi realizar um levantamento no banco de teses da Capes no período entre 2007 à 2011 a fim de identificar o que tem sido publicado sobre adoecimento docente. Foram

identificadas correlações entre os dados da pesquisa local e os das pesquisas da Capes, identificando os transtornos mentais e as osteomusculares como patologias mais expressivas.

ABSTRACT

CARVALHO, Ana Carolina da Costa, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2014. **Teaching work and illnesses of elementary teachers in the Municipality of Viçosa – MG.** Advisor: Ana Claudia Lopes Chequer Saraiva.

The demands in the working world, aroused from the productive restructuring, have triggered gradual changes in the socio-educational institutions, which has increased teachers' workload. The precarious working conditions has also brought little availability of time for teachers to perform their function in class, especially if we consider the diversity of abilities and competencies that are part of the educational demands nowadays. By contrast, the opportunities of professional development are restricted and the low wages have led many teachers to increase their working hours. Added to this context, there is an excessive accountability for the teachers' efficiency and productivity resulting from the collapse in the educational reality. In the pursuit of meeting all those demands, some teachers develop adaptive mechanisms that might cause physical and psychiatric vulnerabilities, resulting in illnesses. This research is aimed at understanding the possible relationship between teaching workload, elementary teachers' illnesses, and the common pathologies that justified the requisition of work leave by those professionals. We also proposed a dialogue between the data generated in this research and the researches already undertaken in the field in order to compare their results. Therefore, it was carried out a documentary research in the Instituto de Providencia database to identify the number of teachers that required leave of absence and the illnesses that justified the work leave. From 2001 to 2011, 471 pathologies were identified in the database; all of them have a code in the existing International Classification of Diseases (ICD). During this time, 171 teachers left their classrooms and the majority was woman. From the 471 ICD consulted, decoded into pathologies and later grouped in different categories in terms of frequency (Frequency – F), the most common were: i) diseases of the respiratory tract (98F); ii) mental disorders (66F); iii) complications related to pregnancy or childbirth (31F); iv) dorsopathies (20F). In the second stage of this research, we carry out a survey on the CAPES Digital Bank of Thesis to identify the publications from 2007 to 2011, whose focus was teachers' illnesses. We identified correlations between the results in this local research and the ones we found on the CAPES database, which showed that the most noteworthy pathologies found in all studies were mental disorders and dorsopathies.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 foi um período de mudanças econômicas importantes que contribuíram para a modificação estrutural e política da educação brasileira. Esse momento histórico tornou-se um marco referencial de estudos para vários pesquisadores (OLIVEIRA, 2004; HYPÓLITO, 2012; OLIVEIRA e MAUÉS, 2012; DOURADO, 2012; DUARTE e FERREIRA, 2012) que buscaram compreender a influência das reformas educacionais nas escolas públicas e seus impactos na reestruturação do trabalho docente.

Segundo Maués (2003), o fenômeno da globalização significou uma nova fase da internacionalização do capital uma vez que houve a intensificação de trocas de mercadorias e serviços, dos fluxos de capitais, da desregulamentação da economia e, sobretudo, o aumento do poder dos países ricos sobre os demais, impondo suas regras e exigências. Tais mudanças desencadearam impactos na educação, envolvendo a ação de políticas educacionais fundamentadas nos preceitos neoliberais, definidas pelos organismos multilaterais,¹ cujos fins estavam voltados para o desenvolvimento econômico. Neste contexto, as instituições escolares tiveram que adequar os conteúdos, o planejamento e organização do trabalho docente às exigências do mercado.

Dessa forma, a globalização econômica interviu na regulamentação das políticas educacionais, resultando em demandas e cobranças para as escolas e seus atores sociais, objetivando, assim, a formação de pessoas capazes de viver nesta nova realidade (OLIVEIRA e MAUÉS, 2012). Com isso, Oliveira (2004) nos mostra que:

É possível identificar nestas reformas uma nova regulação das políticas educacionais. Dentre eles destacam-se: a centralidade atribuída à administração escolar nos programas de reforma, elegendo a escola como núcleo do planejamento e da gestão; o financiamento per capita, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), por meio da Lei nº 9.424/96; a regularidade e a ampliação dos exames nacionais de avaliação (SAEB, ENEM, ENC), bem como a avaliação institucional e os mecanismos de gestão escolares que insistem na participação da comunidade (OLIVEIRA, 2004, p. 1130).

¹Entre esses organismos multilaterais podem-se destacar: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Bando Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (Preal).

Essa autora ainda acrescenta que as políticas educacionais² envolveram fortemente a estrutura administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, seus princípios e fundamentos. Aquelas passaram a ser compreendidas como instrumento utilizado pelo Estado para manter as bases de funcionamento do sistema de acumulação, o que reforça a tese de regulação social como controle. Oliveira (2004) mostra que as recentes mudanças nas políticas públicas de educação no Brasil, iniciadas no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, favoreceram o surgimento de reformas educacionais e que permanecem consolidadas até hoje. O argumento central dessas reformas poderia ser sintetizado na expressão “transformação produtiva com equidade”, largamente utilizada pelos organismos multilaterais pertencentes à ONU para orientação dos governos latino-americanos com relação à educação.

Esta autora apresenta que a redução de profissionais da área de ensino, o arrocho salarial e a diminuição de gastos em função da crise fiscal do Estado, passaram, também a direcionar o foco nos resultados, com acompanhamento e avaliação de desempenho. Juntamente a isto, em razão da diminuição de custo, foram implementadas reformas reguladoras que privilegiaram a descentralização administrativa e financeira por parte do Estado, transferindo e responsabilizando a escola pelos resultados e metas a serem alcançadas:

Novas formas de regulação são implantadas com o fim último de garantir a eficácia e a eficiência nas organizações educacionais, com estímulos à participação dos trabalhadores docentes e da comunidade na gestão de “novas práticas” que conduzam a uma escolaridade adequada aos interesses do capitalismo transnacional. Com isso, as reformas educativas assumiram um caráter descentralizado, autônomo e avaliador (DUARTE e FERREIRA, 2012, p. 234).

Esse processo de regulação pautado nos resultados produziu uma pressão sobre os trabalhadores docentes, incitados a submeterem suas práticas a uma avaliação externa de seus resultados (DUARTE e FERREIRA, 2012). Assim, os professores passam a ser responsabilizados pelo sucesso ou fracasso escolar dos estudantes nos exames, nos índices e nas “metas de qualidade” estabelecidas em âmbito nacional e internacional.

²As políticas de democratização do ensino e de educação para todos foram criadas pelo Banco Mundial a fim de equalizar a educação por meio da criação de escolas, o apoio ao desenvolvimento da escola secundária, a educação vocacional e técnica, a educação informal, a educação básica e a qualidade educacional, por meio do desempenho dos alunos (GENTILI, 2000).

Desse modo verifica-se que, ao mesmo tempo em que o governo possibilita às escolas certa “autonomia na gestão e administração escolar”, novas responsabilidades e demandas são destinadas a elas e aos professores. Essas implicam em renovações na prática pedagógica, de forma que os estabelecimentos de ensino passam a enquadrar as exigências de avaliação externa, a fim de obter bons resultados e, portanto, receber recursos financeiros do Estado.

Dourado (2012) nos mostra que as avaliações externas tem assumido grande centralidade nas últimas décadas e se intensificou no cotidiano das instituições educacionais por meio de variados instrumentos e mecanismos, revelando novas regulações educativas para o trabalho docente. O Estado transferiu para a escola competências que antes eram de sua responsabilidade, no entanto, a definição das políticas públicas e o controle permaneceram centralizados pelo governo.

Com a contratação de consultorias privadas, aquisição de pacotes pedagógicos e cursos de treinamento para professores e gestores, o trabalho docente começou a ser diretamente controlado, pelas consultorias, do ponto de vista técnico e ideológico, pois além de exercerem o controle sobre o que ensinar e como ensinar, obteve lucro com a venda de seus produtos e com a execução de seus métodos e conteúdos (HYPÓLITO, 2012).

Oliveira e Maués (2012) nos mostram que a idéia de competição é instituída entre as escolas, professores e sistemas de ensino, objetivando promover a melhoria do desempenho desses alunos. Com isso, o controle sobre as escolas ampliou por meio da gestão e financiamento, do currículo, da avaliação, e da autonomia regulada, criando, assim, maior responsabilização aos professores e gestores escolares, fazendo-os cumprir as metas estabelecidas pelos governos federais e estaduais.

Um fator preocupante é que os processos de mudança pelos quais a escola e os docentes vêm sendo submetidos, especialmente o alargamento das funções que lhes são atribuídas, ultrapassam a função estritamente pedagógica, o que tem colocado alguns professores em situação de intensificação do trabalho e vulneráveis a adoecimentos. Além das demandas do Estado, Paschoalino (2008) considera a multiplicidade de funções para as quais, muitas vezes, os professores não estão preparados; as cobranças pessoais que os docentes fazem a si somam-se às exigências da escola e dos pais dos estudantes, o que pode gerar sobrecarga de fatores que interferem no trabalho e na saúde do professor.

As considerações apresentadas demonstram que a partir da implementação de políticas educacionais, fundamentadas no neoliberalismo, o trabalho docente foi reestruturado, assumindo novas configurações. Os preceitos de intensificação e precarização, inerentes às condições de trabalho, tem produzido nos profissionais sentimentos de incompetência e insatisfação em face de um contexto de impossibilidades e incertezas. Dessa forma, busca-se indagar acerca da relação entre os adoecimentos de professores do ensino fundamental e o trabalho docente buscando compreender as relações existentes entre o aumento significativo de adoecimentos com o trabalho. O interesse em investigar quais são os adoecimentos mais presentes em professores do Ensino Fundamental, surgiu durante a graduação da autora em Pedagogia em uma Universidade Federal do interior de Minas Gerais (2007-2011), quando participei do Semente³ como estagiária e, posteriormente, como pedagoga.

O Semente atende pessoas com transtornos mentais egressos de internações hospitalares. Seu objetivo é promover uma assistência psicossocial e médica aos pacientes e à família, ampliando gradativamente o processo de reintegração social. Dessa forma, o Semente busca oferecer atendimento àqueles por meio de uma equipe interdisciplinar⁴. Participam de todo o processo terapêutico os técnicos administrativos que trabalham em uma Universidade Federal do interior de Minas Gerais diagnosticado com algum transtorno mental. Este serviço terapêutico também é aberto aos parentes destes técnicos que foram diagnosticados com algum transtorno mental bem como seus responsáveis, ou seja, toda a família tem direito de participar das oficinas, das consultas e dos acompanhamentos psicológicos.

Neste trabalho, a autora coordenou oficinas terapêuticas de aprendizagem e música e, entre os pacientes que participavam destas e dos atendimentos, havia alguns professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino que se afastaram da sala de aula, por tempo indeterminado, acometidos por problemas de saúde. Tendo constatado esse fato, a autora se interessou por compreender melhor a relação entre o ambiente de trabalho e o adoecimento de professores.

Além dessa experiência como pedagoga, os aprendizados vivenciados nos estágios supervisionados em educação infantil, educação especial e supervisão em ensino fundamental oportunizaram, à pesquisadora, presenciar as queixas dos docentes

³Serviço de Atendimento à Saúde Mental – AGROS- Instituto de Previdência Social da UFV.

⁴A autora deste projeto desenvolveu as oficinas de Música e Aprendizagem no Semente, no período de 2009 a 2012.

que lecionavam neste município, tais como dores de cabeça, cansaço e desânimo no trabalho.

A fim de compreender melhor sobre esta temática, foram pesquisados trabalhos que se dedicaram em investigar sobre trabalho docente e adoecimentos. Os dois primeiros autores referenciados inicialmente foram: Diniz (2001) e Paschoalino (2008), que focam seus estudos na saúde dos professores. Esses autores destacam que a desvalorização financeira do professor, a dupla jornada de trabalho, a falta de autonomia no planejamento pedagógico e o ambiente de trabalho estressante são fatores que tendem a favorecer o adoecimento dos docentes que atuam nas escolas brasileiras, sobretudo os educadores do ensino fundamental. Incorporaram-se, também, as reflexões de Paschoalino (2008), que diz que as cobranças pessoais dos docentes somam-se às demandas da escola, juntamente com as dos pais dos estudantes, e que a constância dessas no cotidiano escolar interfere no trabalho daqueles, podendo produzir mal-estar docente.

Após as experiências vivenciadas na graduação e como pedagoga, senti a necessidade de identificar o que as pesquisas na área de educação apresentavam sobre a temática mal estar docente. Desta forma, escolhi fontes consideradas importantes na produção científica na área de educação que pudessem contribuir no aprofundamento teórico sobre a relação trabalho docente e adoecimento de professores. Assim, foi selecionado o Banco de dissertações da Capes, a ANPEd e a revista Educação & Sociedade a fim de se fazer um levantamento sobre o que foi publicado com a temática em questão no período entre 2007 a 2011.

No mapeamento do Banco de dissertações da Capes foi encontrado um total de 37 trabalhos. Na página da ANPEd, verificou-se nos GTs Formação de Professores, Educação Fundamental, Trabalho & Educação e Psicologia & Educação, 41 trabalhos. Já no levantamento feito na revista Educação & Sociedade não foram localizados nenhum trabalho no recorte temporal, por isso ampliou-se a consulta para os anos 2005 e 2006 sendo identificados apenas dois trabalhos sobre o tema.

De modo geral, os temas discutidos nos estudos estão relacionados à: saúde e trabalho docente; condição docente e cotidiano escolar; trabalho e educação profissional; políticas educacionais e magistério; relação professor-aluno e mal-estar; trabalho docente e adoecimento; saúde docente e construção profissional; e reformas educacionais e trabalho docente. Estes variaram de acordo com o objeto de estudo de cada pesquisador, porém a maioria deles englobou o trabalho docente como campo de

investigação na compreensão do adoecimento de professores. Os dados apresentados nesses estudos mostram que o envolvimento dos professores no ato de ensinar está relacionado com a forma como estes representam o exercício da profissão.

Nos resultados dessas pesquisas verificou-se que os docentes do ensino fundamental são, em sua maioria, mulheres e que o salário delas, em muito dos casos, constitui a renda principal da família. No que se refere ao conjunto dos adoecimentos diagnosticados, verificaram-se problemas do aparelho respiratório, tendo em vista que as condições das escolas, em geral instaladas em prédios mal adaptados e com problemas de manutenção, tornam o ambiente de trabalho precário e prejudicial à saúde dos docentes e estudantes. Existe a designação de uma multiplicidade de funções que são demandadas aos docentes, para as quais, muitas vezes, não estão preparados. Ou seja, as condições materiais e as intensificações do trabalho com a hipertrofia de funções que os professores precisam desempenhar estão contribuindo fortemente para a deterioração de sua saúde.

Essas dissertações revelaram tensões vivenciadas por professores do ensino fundamental em relação ao trabalho docente, tendo implicações na saúde desses. É importante mencionar, também, que as causas dos adoecimentos precisam ser compreendidas considerando a diversidade em cada realidade dos contextos educacionais e sociais e, portanto, desafiadores para os professores.

Estabelecendo uma inter-relação entre as experiências profissionais e as problematizações emergentes no levantamento inicial das dissertações, delineou-se como objeto de pesquisa o Trabalho docente e adoecimentos de professores do ensino fundamental em um município da zona da mata mineira, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFV na linha de pesquisa Formação de professores e práticas educativas.

Considerando o objeto de estudo em questão, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as relações entre o trabalho docente e os adoecimentos de professores do ensino fundamental, buscando identificar as patologias que tem justificado os afastamentos desses em suas atividades profissionais.

Como objetivos específicos, destacaram-se:

- Desenvolver um estudo bibliográfico sobre as pesquisas cadastradas no banco de dados da CAPES, no período entre 2007 a 2011, sobre o mal-estar docente;
- Identificar os adoecimentos mais recorrentes em professores do Ensino Fundamental em um município da zona da mata mineira;
- Estabelecer relação entre os dados das pesquisas cadastradas no banco de teses da CAPES e os dados estatísticos identificados nesta pesquisa.

Este trabalho está organizado em três partes. Na primeira parte, expõe os percursos metodológicos deste estudo, a fim de justificar a escolha da abordagem qualitativa envolvendo procedimentos quantitativos e qualitativos, bem como o contexto e os participantes desta pesquisa.

Na segunda, busca-se estabelecer diálogos com a literatura científica que se dividem em quatro subitens: (1) “ O trabalho e suas transformações históricas”, (2) “ A organização do trabalho no contexto capitalista e seus impactos na saúde dos trabalhadores”, (3) “Reestruturação da economia, reformas educacionais da década de 1990 e seus impactos na organização do Trabalho Docente” e (4)” Mal estar docente em professores do ensino fundamental: um levantamento de pesquisas do Banco de teses da Capes (2007-2011)”.

Por fim, na terceira parte, são apresentados os resultados da pesquisa e sua análise, procurando estabelecer a interlocução com as pesquisas cadastradas no Banco de Teses da Capes.

CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

1.1 – Abordagem Metodológica

De acordo com Minayo (2010), a cientificidade não pode ser reduzida a uma só forma de conhecer, pois ela contém diversas maneiras concretas e potenciais de realização e, dessa forma, possibilita vários métodos específicos de investigação. No caso das pesquisas em Ciências Sociais, especificamente nas áreas de educação e saúde, as análises tornam-se peculiares, uma vez que cada objeto é uma prática social histórica dos seres humanos que a todo o momento se transforma. As situações educativas estão sempre sujeitas a circunstâncias imprevistas e não planejadas (GHEDIN e FRANCO, 2008).

Minayo (2010) argumenta que, no campo da saúde coletiva, os métodos frequentemente utilizados para estudos da população humana são os quantitativos e qualitativos. Ao se desenvolver uma proposta de estudo e seu desenvolvimento em etapas, o pesquisador trabalha com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade das técnicas disponíveis, em relação ao tipo de informações necessárias para se cumprir o objetivo proposto. Desse modo, a referida autora nos mostra que:

Quando se fala de saúde ou doença, observa-se que essas duas categorias trazem uma carga histórica, cultural, política e ideológica que não pode ser contida apenas numa fórmula numérica ou num dado estatístico, embora os estudos de ordem quantitativa apresentem um quadro de magnitude e de tendências que as abordagens históricas e socioantropológicas não informam (MINAYO, 2010, p. 43).

É importante destacar que o objeto das pesquisas nas Ciências Humanas, principalmente na área de educação, é essencialmente qualitativo. Entretanto, em pesquisas nas áreas de saúde, o uso de métodos quantitativos, em contextos cujos objetos indiquem a necessidade de que sejam associados aos qualitativos, muito poderá contribuir na sistematização e organização de dados que envolvam procedimentos estatísticos (MINAYO, 2010).

Dessa maneira, desenvolver pesquisas nas áreas de educação e saúde torna-se um grande desafio, já que manejar ou criar instrumentos e teorias capazes de promover a aproximação da diversidade dos fatos identificados na realidade investigada é algo complexo, pois a pesquisa qualitativa não se reduz à adoção de uma teoria, paradigma

ou método, mas permite adotar uma variedade de procedimentos e técnicas (MINAYO, 2010).

Considerando os objetivos desta pesquisa, trata-se de um estudo que foi desenvolvido na abordagem qualitativa, envolvendo procedimentos tanto qualitativos quanto quantitativos. Em se tratando do primeiro objetivo dessa pesquisa, foi recorrente o uso da pesquisa bibliográfica visando mapear pesquisas já realizadas sobre o objeto de estudo em questão e a identificação de suas categoriais empíricas e teóricas. O segundo, por sua vez, indicou a necessidade do uso de procedimentos estatísticos para tabulação e organização gráfica dos dados originados da pesquisa documental que envolveu a consulta ao arquivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do referido Município. O terceiro objetivo envolveu procedimentos qualitativos e quantitativos dos dados da pesquisa bibliográfica e os da pesquisa documental.

1.2 – Contexto e participantes

A pesquisa foi realizada no município mineiro, especificamente na Secretaria Municipal de Educação (SME) e no IPREVI. Departamento de Pessoal desta Prefeitura tem como um de seus objetivos desenvolver o cadastro de contratação e efetivação dos servidores municipais que trabalham tanto na prefeitura quanto nos órgãos associados a ela. Além disso, esse departamento cadastra em seu banco de dados registros como: férias, décimo terceiro salário e licenças médicas temporárias.

Para aperfeiçoar os serviços desse departamento, foi criado, em 2002, o IPREVI, a fim de aperfeiçoar os serviços relacionados aos afastamentos dos servidores. Assim, desde 2002, todos os registros sobre os pedidos de afastamento no trabalho, por problemas de saúde, são arquivados no banco de dados desse instituto. Inclui-se, neste, as solicitações de afastamento dos professores e professoras do município de suas atividades de ensino.

O IPREVI é uma entidade fechada de previdência municipal, conforme Lei Municipal nº1.511, de 19 de novembro de 2002, a qual sofreu alterações em alguns artigos com a vigoração da Lei nº 1.634, de 23 de dezembro de 2004. Subordinado ao Regime Próprio de Previdência Social, o IPREVI tem por finalidade operar e administrar os planos de benefícios e de custeio previstos na lei supracitada, a serem pagos pelo município, suas autarquias e fundações, bem como pelos participantes e beneficiários, na forma dos instrumentos legais e normativos pertinentes.

Encontram-se vinculados ao IPREVI, 171 professores que atuam no ensino fundamental e 131 no ensino médio, resultando um total de 302 professores. O presente estudo focaliza apenas o grupo de professores que trabalham no ensino fundamental. A escolha em trabalhar com docentes em um município da zona da mata mineira se justificou a partir das experiências compartilhadas entre a pesquisadora e as docentes desta rede. Considerou-se, ainda, que a dificuldade de acesso e consulta aos pedidos de afastamentos de professores da rede estadual de ensino. Estes se encontram arquivados na sede do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, localizado em São Paulo. No que se refere ao município, o acesso aos dados é viabilizado por meio do IPREVI bem como na Secretaria Municipal de Educação.

1.3 – Instrumentos e procedimentos metodológicos

Os instrumentos e procedimentos metodológicos do presente estudo serão apresentados em etapas distintas. A primeira consistiu no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica visando fazer um levantamento das pesquisas realizadas nos últimos cinco anos (2007-2011) sobre as condições do trabalho docente e o adoecimento de professores, tendo como fonte o banco de teses da Capes. A intenção desta pesquisa foi realizar um estudo exploratório do campo investigativo, objetivando aprender as categorias teóricas de estudo em foco, referências bibliográficas já contempladas, metodologias desenvolvidas e considerações acerca dos resultados de estudos já realizados.

A escolha dessa fonte de dados justifica-se primeiramente pelo fato da Capes desempenhar papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação em todos os estados da Federação, como também por alcançar êxitos pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual quanto na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem.

Segundo Minayo (2010), a pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir de material já publicado a respeito do assunto proposto, constituído principalmente por livros, artigos, periódicos e materiais disponibilizados na Internet. Além disso, ela pode ter vários níveis de aprofundamento, mas devem abranger, minimamente, os estudos clássicos sobre o objeto em questão, bem como os estudos mais atualizados sobre o assunto.

A referida autora apresenta três pontos primordiais na elaboração da pesquisa bibliográfica que orientaram o trabalho do pesquisador: a busca de vários pontos de vista que permitam estabelecer definições e mediações, demonstrando o “estado da arte”; a apropriação do texto observando o ponto de vista do autor e, dessa forma, realizando sobre ele uma abordagem crítica; e o período do fichamento, necessário para ordenar e classificar, cuidadosamente, todas as leituras.

Na segunda etapa deste estudo foi feita uma pesquisa documental objetivando a consulta ao banco de dados do IPREVI a fim de levantar o maior número possível de registros de Códigos Internacionais de Doenças (CIDs) que atestam a necessidade de afastamento dos professores do município e de suas atividades laborais nos últimos onze anos. O período de registro se justificou considerando ter sido este o tempo de existência da fundação do referido instituto. Mazzotti e Gewandsznajder (1998) compreendem por documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação (regulamentos, atas de reunião, livros de frequência, relatórios, arquivos, pareceres, entre outros).

Os dados obtidos na pesquisa documental foram organizados em tabelas que apresentam os índices estatísticos, representando os percentuais relativos às patologias que justificaram o afastamento dos docentes de suas atividades de ensino da cidade em que a pesquisa foi desenvolvida.

Fazendo uma descrição do percurso desenvolvido pela pesquisadora tem-se que nos meses de abril a outubro de 2012 foi feita, inicialmente, uma pesquisa exploratória com o objetivo de identificar quais seriam os percursos metodológicos a serem seguidos e quais as fontes disponíveis. Na primeira etapa foi feito um contato com o médico perito do INSS buscando informações sobre os atestados de saúde apresentado pelos professores do município. Através das orientações feitas pelo referido médico, estabeleceu-se um contato com o chefe do Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal. Este contato foi formalizado através de um ofício apresentado pela pesquisadora trazendo informações sobre os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração do Departamento Pessoal, no sentido de disponibilizar o acesso ao banco de dados do IPREVI. Posteriormente foi feito o encaminhamento da pesquisadora ao IPREVI, para acessar o banco de dados em que ficam registrados os atestados dos professores.

Por questões éticas, não foi permitido à pesquisadora o acesso aos nomes dos professores, mas apenas uma descrição da matrícula, número de dias afastamento bem

como o período destes. Sendo assim, foi realizado um levantamento dos afastamentos dos docentes e sua recorrência, porém, neste, não havia o registro dos códigos representativos das patologias. Desta forma, foi feito um novo contato à SME para que a pesquisadora obtivesse informações sobre os CIDs cadastrados. Foi entregue a esta pela chefe da SME uma planilha dos CIDs registrados nas fichas cadastrais dos docentes. É importante ressaltar que a pesquisa feita às pastas dos docentes não foi realizada pela pesquisadora, mas pelos funcionários da Secretaria, uma vez que a consulta às fichas permitiria o acesso daquela aos nomes dos docentes.

Após o acesso aos CIDs foi feita a classificação destes, tendo como fonte de dados bibliográficos os dicionários que descrevem estes códigos em patologias. Posteriormente elaborou-se uma planilha contendo todas as patologias identificadas e classificadas além de sua recorrência (frequência). O acesso à descrição dos códigos possibilitou o agrupamento das doenças em grupos de patologias relacionadas. Para validar esse agrupamento, obteve-se contribuições de um médico da área de educação e saúde. Nesta oportunidade foram sugeridas referências bibliográficas sobre patologias do trabalho que contribuíram na compreensão dos adoecimentos bem como sua relação com o trabalho.

Dos 36 grupos de patologias representativas apresentados na análise dos dados selecionou-se apenas os quatro grupos de patologias de maior recorrência.

A terceira etapa da pesquisa consistiu em estabelecer diálogos entre os dados da pesquisa local e os dados das pesquisas da Capes que apresentaram, também, considerações sobre adoecimentos de professores do ensino fundamental.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico foi organizado em quatro partes. Na primeira, propõe-se fazer uma retrospectiva histórica sobre o trabalho e suas concepções nos modelos de produção. Na segunda serão discutidas as relações entre Trabalho e Saúde, trazendo problematizações acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a intensidade das cobranças de produtividade dos trabalhadores. Na terceira parte, será feita uma discussão sobre as Reformas Educacionais da década de 1990 e sua influência na organização do trabalho docente.

Por fim, na quarta parte, será apresentado o levantamento bibliográfico de pesquisas sobre adoecimento de professores do ensino fundamental no período entre 2007 a 2011, cadastradas no Banco de teses da Capes, a fim de identificar o que foi publicado no recorte temporal proposto sobre o referido tema. Especificamente no que se refere ao trabalho docente, focalizaremos algumas transformações nas condições de trabalho, ressaltando os processos de precarização e intensificação vivenciada pelos professores que tem extrapolado a função educativa produzindo quadros de mal-estar docente.

2.1 – O trabalho e suas transformações históricas

Na história das civilizações, o trabalho se configurou a partir das transformações no campo econômico, político e religioso. Em cada momento histórico é possível identificar a emergência de uma concepção de trabalho bem como de sua organização, que apresenta rupturas e inovações em relação ao modelo anteriormente instituído, focalizando novas perspectivas e interesses relacionados aos meios de produção.

De acordo com Antunes (2009), o trabalho foi e é uma atividade vital, capaz de transformar a conduta do homem, por meio da criação de bens materiais e simbólicos socialmente essenciais e necessários à sobrevivência da espécie humana, ao mesmo tempo em que expressa o momento da potencialidade de transformação do ser humano. O trabalho, sob o símbolo da contradição, também trouxe consigo a marca do sofrimento, da servidão e da sujeição.

Para Albarnoz (2009) o trabalho não é um conceito imutável e engessado, uma vez que o contexto econômico e político são susceptíveis a transformações que

interferem na organização do trabalho. É importante ressaltar, assim, que a conjuntura econômica, política e social e seus postulados filosóficos vêm contribuindo, significativamente, na elaboração do que se constitui hoje como trabalho.

Essa autora ainda mostra que na antiguidade clássica, se partia da concepção de que os cidadãos deveriam se ocupar das atividades políticas, filosóficas e artísticas havendo uma desvalorização das atividades laborais desenvolvidas pelos artesãos, mercantes ou camponeses. Um pensador deste período que compartilhava dessa concepção foi Aristóteles, que considerava o trabalho como uma atividade humana, sendo esta incompatível com a vida livre, uma vez que esse filósofo defendia o ócio, pois é nele que o homem encontra a virtude.

Na Idade Média, sobre a influência da tradição judaico-cristã, o trabalho se configurava como um meio de expiação do pecado original, da labuta penosa e do sacrifício. Assim, o trabalho tinha uma função corretiva além de servir à saúde do corpo e da purificação. Nos mosteiros medievais, o trabalho era aliado à oração visando à satisfação das necessidades básicas do homem (ALBARNOZ, 2009). Para o pensador da Idade Média, Santo Agostinho, o trabalho e a oração eram atividades gloriosas de todos os cristãos. A agricultura era a principal atividade humana e verdadeiro ato religioso. Os cristãos enxergavam o trabalho como modo de sustentar-se, produzindo apenas para seu usufruto. Assim, esse se tornava um meio de impedir que o ócio conduzisse o homem aos vícios.

Com a ampliação das fronteiras geográficas pelas navegações e a nova percepção do universo pelas descobertas científicas, emerge o Renascimento trazendo, segundo Albarnoz (2009), uma nova concepção de trabalho, sendo este visto como expressão da força do homem.

No final do século XIV, com o declínio da hegemonia da igreja católica, surge, na Europa, a teologia protestante criada por João Calvino. Este considerava o trabalho como garantia da salvação eterna. As habilidades do trabalho deveriam ser incentivadas, pois enalteciam o homem e o dignificava diante de Deus. Sob esta ótica, não havia espaço para sociabilidade mundana, pois todo o prazer que se põe à parte da subserviência a Deus era abominável.

No século XVII e início do século XVIII, por sua vez, foi possível identificar uma Teoria Filosófica do Trabalho sistematizada por Hegel. Albarnoz (2009) nos diz que este filósofo concebia o trabalho como uma mediação entre o homem e o mundo:

uma atividade espiritual por meio da qual esse poderá se humanizar se for lhe proporcionar condições para satisfazer suas necessidades.

Contemporâneo a Hegel, Karl Marx também atribui uma função mediadora ao trabalho, entretanto, fundamentando-se no materialismo histórico dialético, diferencia-se de Hegel no entendimento de que os sujeitos definem-se pelo que fazem. Sendo assim, a natureza individual do ser humano depende das condições existenciais e materiais que determinam sua atividade produtiva. Para Marx o trabalho é o fator que faz a interposição entre o homem e a natureza e, desta forma, é determinado pelo que fazem, sendo a natureza dos indivíduos subordinada às condições materiais que definem sua atividade produtiva. No século XIX, o trabalho tornou-se o centro de suas análises sobre a alienação do trabalho industrial na economia capitalista. No século XX, os interlocutores do marxismo, como Marcuse e Hanna Arendt, analisaram o trabalho como o modo alienante da produção e do consumo no capitalismo tardio e inseriram reflexões que remetem o leitor à cultura clássica, para repensar a condição do homem moderno (ALBARNOZ, 2009).

Eleger o trabalho como categoria de análise nos séculos XIX e XX implicou na caracterização dos sistemas de produção que mais se destacaram nesses séculos. Para Albarnoz (2009), o Taylorismo foi o primeiro protótipo de produção em larga escala, cuja característica principal era o aumento da eficiência no nível operacional de produção por meio da divisão acentuada do trabalho e a utilização da máquina para garantir um total controle da produção. Desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, este processo de fabricação monitorava o proletariado, uma vez que cada indivíduo tinha a tarefa de cumprir sua produção no menor tempo e, conseqüentemente, aumentava a produção fabril. A partir dos anos de 1914 uma nova proposta de produção se destacou a fim de complementar e inovar a teoria de Taylor. Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford, o fordismo foi criado a partir da linha de montagem com o propósito de reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de um dado produto. Nestes dois modelos econômicos não era exigido dos trabalhadores escolarização ou uma qualificação técnica, pois cada operário executava apenas uma tarefa dentro de sua etapa de produção.

Após a segunda guerra mundial, o taylorismo/fordismo esgotou-se por completo, dando espaço a um novo modelo econômico de produção, conhecido por reestruturação produtiva, denominado por Toyotismo. Esta fase de produção foi uma resposta à crise

econômica do taylorismo/fordismo por meio de uma nova composição de produção e organização da sociedade caracterizada pela expansão do capitalismo.

Essa mudança na estrutura produtiva teve início no Japão nos anos de 1950, pós-segunda guerra mundial, com a destruição do parque industrial do Japão. A limitação produtiva nesse país fez com que Taichii Ohno criasse a chamada produção flexível, com a finalidade de produzir somente o necessário sem a preocupação de montar estoques. Nesse contexto, o Toyotismo foi um modelo econômico de produção em que os trabalhadores passaram a ser multifuncionais, versáteis e qualificados. Com isso, os operários eram treinados a conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa. Entretanto, efetuavam movimentos repetitivos em suas ocupações, tendo que alcançar o ritmo das máquinas e, assim, não interromper a produção em grande escala. Assim, o trabalho humano foi forçosamente adaptado à máquina, o que o tornou exaustivo, sistemático e pouco criativo.

O rompimento do modelo taylorista/fordista contribuiu com a redução do proletariado da indústria verticalizada, resultando na reestruturação produtiva do capital e assim, deu lugar às novas formas de desregulamentação do trabalho.

A crise estrutural da economia, decorrente do rompimento do modelo taylorista-fordista e toyotista, inaugura uma nova forma de reorganização do capital, cujos contornos mais evidentes foram baseados no advento da globalização. Trata-se de um fenômeno com características relacionadas à internacionalização do capital, à descentralização da produção e à reforma do Estado sob os pressupostos neoliberais. Esses preconizaram a diminuição do Estado e seus investimentos nos setores públicos e a ascensão progressiva dos processos de privatização.

Face às considerações, temos que o século XX foi o auge de reestruturações nas esferas políticas, sociais e educativas advindas das transformações no cenário econômico mundial do século XIX. Ao observarmos o percurso histórico dos modelos de produção capitalista, destacamos que estes foram relevantes na culminação da reestruturação produtiva, uma vez que cada mudança produtiva dos séculos anteriores ao XXI contribuiu com o crescimento e surgimento de demandas no contexto econômico das sociedades capitalistas e de suas instituições sociais, inclusive das escolas.

A crise do capitalismo, o colapso de seus modelos de produção bem como a conseqüente globalização econômica contribuiu para a abertura de novos mercados,

sendo, para isso, necessária a desregulamentação do Estado de modo a favorecer a entrada de capitais internacionais (MAUÉS, 2003).

É interessante observar que o percurso da reestruturação produtiva, iniciado no Japão, se expandiu para a Europa bem como para os EUA a partir dos anos de 1970. No Brasil, estas mudanças ocorreram somente nos anos de 1990, período em que ocorreu a abertura da economia brasileira à concorrência estrangeira.

As transformações econômicas descritas nos períodos históricos trouxeram mudanças significativas na concepção do trabalho em todos os segmentos profissionais contribuindo, assim, para sua reestruturação e intensificação. Especificamente em relação ao trabalho docente, pode-se inferir que este também passou por alterações e desta forma mudou o papel do professor no contexto educacional uma vez que teve que se adequar às novas exigências do mercado de trabalho bem como às reformulações políticas direcionadas à avaliação na educação.

2.2 – A organização do trabalho no contexto capitalista e seus impactos na saúde dos trabalhadores

A Revolução Industrial iniciada na Europa entre 1760 a 1850 mudou significativamente o rumo das sociedades. O conseqüente aprimoramento das técnicas de produção capitalista e as inovações tecnológicas passaram a impor um ritmo de trabalho cada vez mais organizado, medido pelo tempo e produção, assim, o aumento no consumo a requerer uma produção que atendesse a essa demanda.

Como mencionado, os modelos de produção foram criados a fim de aumentar o nível de produção em grande escala e com menor tempo. Os operários eram monitorados e organizados de forma hierarquizada e sistematizada. Os trabalhadores explorados ficavam em média 14 horas por dia nas fábricas; os salários eram muito baixos e havia um elevado índice de acidentes, o trabalho infantil também era explorado constantemente, resultando em alta mortalidade (DEJOURS, 1992).

Esses modelos de produção causaram danos à saúde dos trabalhadores uma vez que as condições de trabalho eram precárias, as jornadas de tarefas eram extensas, não havendo um período de descanso para os trabalhadores e, além disso, os ambientes laborais eram perigosos gerando danos e riscos à saúde dos operários (MENDES, 1995).

O sistema taylorista-fordista repercutiu na saúde dos trabalhadores, uma vez que a disciplina, o tempo e o ritmo de trabalho resultaram em exigências que extrapolavam as condições físicas e psíquicas do proletariado.

Os acidentes graves, mutilantes e fatais, bem como as intoxicações agudas e outros agravos à saúde, impactaram a vida dos trabalhadores neste período de grande produção industrial, principalmente crianças e mulheres, que eram mais susceptíveis aos acidentes da classe operária.

A situação começa a se transformar graças ao intenso movimento social que levou políticos e legisladores a introduzirem procedimentos legais de controle das condições de trabalho do proletariado. Dentre esses, destacam-se a prevenção dos riscos laborais por meio da redução das longas jornadas de trabalho bem como as medidas de melhoramento ambiental nas fábricas.

Em 1890, especificamente na Europa e EUA, as leis sociais relativas à saúde dos trabalhadores foram criadas, mudando a estrutura do trabalho fabril. Assim, após décadas de reivindicações, o proletariado conquistou o direito à redução da jornada de trabalho, ao amparo às mulheres e crianças, ao repouso semanal, entre outros benefícios.

Dejours (1992) nos diz que as más condições de trabalho, são as primeiras reivindicações manifestadas pelos trabalhadores como fontes de perigo para sua saúde uma vez que os danos psíquicos ocasionados pela intensificação e precarização do trabalho eram secundarizados e/ou tornavam-se imperceptíveis. Nesse sentido, Dejours (1992) argumenta que:

Os especialistas do homem em situação de trabalho nunca sequer mencionaram a ansiedade dos trabalhadores em linha de montagem ou na produção por peças. Entretanto, esta ansiedade permeia todos os textos escritos por trabalhadores e todas as suas falas espontâneas, por menor atenção que se lhes dê. De onde provém esta ansiedade? Provém muito menos das condições físico-químicas do trabalho do que do rendimento exigido, ou seja, do ritmo, da cadência e das cotas de produção a serem respeitadas. A ansiedade responde então aos ritmos de trabalho, de produção, à velocidade e, através destes aspectos, ao salário, aos prêmios, às bonificações. A situação de trabalho por produção é completamente impregnada pelo risco de não acompanhar o ritmo imposto (DEJOURS, 1992, p. 73).

Para que o trabalhador pudesse desempenhar sua função, recorria, muitas vezes, à automedicação a fim de amenizar temporariamente as descompensações psíquicas e seus sintomas. Sobre isso, Dejours (1992) nos mostra ainda, que:

Devem-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas (DEJOURS, 1992, p. 122).

As informações apresentadas nos indicam que o mal-estar na classe operária afetou a saúde dos trabalhadores como um todo, pois as doenças psíquicas, que não são notáveis, aparentemente, se manifestavam no decorrer do exercício da profissão produzindo adoecimentos e causando sérios riscos à saúde dos trabalhadores.

Em face deste contexto é importante refletir sobre o sentido da palavra *adoecimento*. No dicionário “Trabalho, profissão e condição docente” organizado por Oliveira et al (2010), o conceito de *adoecimento* diz respeito ao fato de adoecer, de apresentar uma perturbação, uma interrupção, sensação ou distúrbio de funções, sistemas ou órgãos do corpo.

A doença pode ser vista, também, como a resposta, provisória ou não, do organismo à pressão do ambiente. O adoecimento e seus sintomas podem, assim, representar mecanismos de defesa utilizados pelos indivíduos face às pressões desfavoráveis do ambiente, as formas de gestão e incluindo conteúdo das tarefas e tempos alocados para realizá-las.

A epidemiologia⁵ reconhece que a produção da doença no indivíduo não é um produto estático de circunstâncias específicas, em determinado momento, mas sim um produto de ocasiões vivenciadas no curso da vida. As reflexões apresentadas suscitam considerações importantes acerca das relações entre trabalho docente e adoecimentos de professores. A primeira é sugestiva ao entendimento de que pode haver uma relação entre as condições de saúde dos professores com as condições de trabalho. A segunda é que os fatores culturais podem influenciar na percepção do sujeito acerca dos sintomas e sinais que consideram como “anormais”. A doença, sob esse prisma, é a experiência de um rompimento das formas e funções regulares da pessoa e pode implicar necessariamente em sofrimento (DUARTE, 2001; *apud* OLIVEIRA, 2012). Para a autora em questão, não há sociedade em que a doença não tenha uma dimensão social, sendo, ao mesmo tempo, a mais íntima e individual das realidades.

⁵ Epidemiologia é o estudo da frequência dos determinantes dos problemas de saúde em populações humanas, bem como a aplicação desses estudos no controle das patologias que afetam alto índice de pessoas (MENDES, 1995).

Em relação ao adoecimento dos trabalhadores, Rodrigues (2009) nos diz que Sigmund Freud foi o pioneiro ao introduzir em 1930 o conceito de *mal-estar*, quando investigou o sofrimento humano mostrando o desencadeamento dos sintomas psicossomáticos. No livro “O mal-estar na cultura”, Freud esclarece que o caráter estrutural de um mal-estar advém da tensão produzida na relação com o outro. Quando não se pode resolver esta tensão por mecanismos de sublimação⁶, produz-se a formação de sintomas. Estes sinais são emergentes de uma insatisfação que se apossa do sujeito produzindo sensações de impotência e desamparo. Freud reconhece que o ambiente de trabalho pode, assim, produzir vários sofrimentos, fracassos e decepções, resultando em adoecimentos psíquicos e físicos, conhecidos também por mal-estar.

Segundo Benevides-Pereira (2002), o mal-estar é caracterizado por um estado prolongado de estresse crônico, ou, conforme Marques (2007), pelos desequilíbrios fisiológicos e distúrbios mentais que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores.

Codo (1999), ao definir a *Síndrome de Burnout*, argumenta que esta se aproxima da concepção de mal-estar docente em que os professores sentem tensões diante de uma situação laboral difícil de ser resolvida, colocando-os na condição de enfrentamento ou desistência. Trata-se de um processo de exaustão emocional que faz com que o trabalhador se sinta esgotado, desenvolvendo sentimentos e atitudes negativas no ambiente de trabalho, e desinteressado da vida pessoal e profissional, culminando, assim, na desistência pelo seu trabalho. Este autor divide a *Síndrome de Burnout* em quatro sintomas graduais, a saber: sintomas físicos (fadiga, insônia, enxaquecas), psíquicos (depressão, perda de memória), comportamentais (irritabilidade, falta de paciência) e defensivos (isolamento, desinteresse pelo trabalho).

Referindo-se especificamente às condições de trabalho docente e aos adoecimentos de professores, objeto de estudo dessa pesquisa, pode-se compreender que a inadequação do espaço físico (iluminação, condições sonoras e climáticas) e da segurança geral, bem como a intensificação do trabalho, pode produzir vários sintomas relacionados à *Síndrome de Bournout*.

Rodrigues (2009) nos mostra que o mal-estar é um fenômeno mundial e pode ser considerado como uma doença social, reflexo das mudanças sociais e econômicas, que afetam algumas profissões, entre elas a docente. Dialogando com esta autora, Robalino

⁶ A *sublimação*, segundo Freud, é um mecanismo de defesa eminentemente positivo para a sociedade, constituindo um bem social. Pode-se dizer que a maior parte das grandes personalidades e dos grandes feitos ocorridos na história humana só foram possíveis graças à *sublimação*.

(2012) nos fala que as atividades laborativas têm efeito direto na saúde dos trabalhadores, pois trabalho e saúde são duas categorias que se relacionam e recebem mútuas influências. A referida autora nos mostra que, na área da educação, a saúde tem um reflexo importante no trabalho docente, uma vez que pode incidir positiva e/ou negativamente sobre professores em relação direta com as condições em que desenvolvem suas atividades laborativas.

Segundo Oliveira et al. (2010), o mal-estar docente é o nome mais freqüente, na língua espanhola, proveniente do sofrimento psíquico dos docentes. A mudança acelerada do contexto social, no qual os professores exercem o ensino, coloca a cada dia novas exigências para estes profissionais. O sistema educacional brasileiro, massificado apressadamente nas últimas décadas, não dispõe ainda de uma capacidade de reação rápida para atender às novas demandas sociais.

Muitas vezes, a desordem surge do paradoxo em que essa mesma sociedade que exige novas responsabilidades aos professores não lhes fornece os meios que eles necessitam para cumpri-las; outras vezes, surge da demanda de exigências contrapostas e contraditórias. Os professores se encontram, portanto, incompetentes diante das dificuldades de demandas e da contínua crítica social por não conseguirem atender essas novas exigências.

Tais exigências estão relacionadas às mudanças ocorridas, durante a década de 1990, na estrutura política e econômica brasileira. Oliveira (2004) nos mostra que, em decorrência das mudanças nas políticas educacionais, muitos estudos iniciados nos anos de 1990, embora trouxessem contribuições na área de estudo sobre o “trabalho docente”, delimita a relação do trabalho na escola, deixando de abordar as condições em que este ocorre. Assim, os estudos que abordavam a problemática e as relações de emprego como tema central não conseguiram problematizar sobre as condições efetivas em que o trabalho docente é realizado na escola.

Esta autora nos mostra que tanto o conceito de organização do trabalho escolar quanto o de organização escolar, considerados relevantes na compreensão das mudanças ocorridas no sistema educacional e que culminaram no processo de precarização do trabalho docente, estão compreendidos numa perspectiva econômica.

Segundo esta autora, a organização do trabalho escolar é um conceito econômico que está ligado diretamente à divisão do trabalho na escola, ou seja, à forma como o trabalho dos professores e demais trabalhadores é organizado nas instituições escolares, visando alcançar os objetivos do sistema. O conceito de organização do trabalho deve

ser compreendido à luz das teorias econômicas, isto é, como uma forma específica de organização do trabalho submetida ao capitalismo. Esta ainda acrescenta que o termo “organização escolar” se refere às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado (competências administrativas de cada órgão público, currículo, metodologias de ensino e avaliações adotadas).

Tem-se constatado que, no decorrer das décadas compreendidas entre 1990 em os anos 2000, surgiram novas exigências profissionais aos professores, sem a necessária adequação das condições de trabalho, o que, conseqüentemente, resultou em maior responsabilização do docente pelo desempenho da escola e do aluno, obrigando àquele a responsabilidade sobre a formação deste, bem como as formas de requalificação.

Essas novas exigências demandadas aos professores estão diretamente interligadas com o controle do capital, pois este tornou o trabalho ainda mais precarizado, uma vez que intensificou os níveis de exploração dos trabalhadores, contribuindo assim com uma perda significativa de seus direitos trabalhistas (ANTUNES e ALVES, 2004).

A responsabilidade devido às transformações econômicas, aos novos regulamentos sobre o trabalho docente e aos mecanismos de controle e avaliação de desempenho foi-se estabelecendo em quase todos os países, o que explica o papel sociocultural que os docentes exercem, cuja relevância para a comunidade é ainda muito significativa (ROBALINO, 2012).

Os professores tiveram que renovar suas práticas pedagógicas a fim de estimular o ensino-aprendizagem dos alunos, adaptando-se aos recursos de novas tecnologias pedagógicas com o objetivo de estimular os alunos à pesquisa, reflexão, senso crítico e autonomia dos saberes mediados em sala de aula.

Neste contexto, observa-se que a implementação das políticas educacionais, advindas da década de 1990, modificou significativamente a estrutura do trabalho docente. Oliveira (2004) afirma que valores como autonomia, participação e democratização foram apreendidos e reinterpretados por diferentes administrações públicas, substantivados em procedimentos normativos que mudaram o trabalho escolar. O fato é que o trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova forma de gestão escolar sem as adequações necessárias.

Segundo Esteve (1999), o mal-estar é recorrente em profissionais que desempenham atividades assistenciais. A profissão docente é um exemplo, cuja atividade exige do professor cuidado e dedicação na resolução dos problemas sociais,

não apenas pedagógicos, mas também que envolve o aluno e seu entorno. Somam-se ainda as exigências de resultados satisfatórios no processo ensino-aprendizagem regulados por avaliações externas.

Referir-se à saúde e ao trabalho dos professores não se limita apenas em caracterizar o adoecimento e os acidentes, bem como, o sofrimento psíquico e físico. A saúde dos professores precisa ser pensada também no contexto das relações de trabalho desses profissionais e nos recursos disponíveis para sua realização. Direcionando o olhar sobre o contexto de trabalho do professor, Rodrigues (2009) nos mostra que:

Na organização escolar, os professores e gestores tentam controlar os fatores intervenientes da produção pedagógica, entretanto, é comum ocorrer variáveis que alteram a situação laboral, ou seja, a falta de material didático, iluminação inadequada na sala de aula, ausência de laboratórios e biblioteca decente, calendário apertado; afastamento de colegas, agressividade dos alunos, entre outros (RODRIGUES, 2009, p. 34).

Dessa forma, desafios emergem no contexto da atuação dos professores, que extrapolam as práticas pedagógicas. Soma-se a isso o aumento da violência atribuído à diminuição do convívio familiar, o que faz com que os pais dos alunos transfiram às instituições de ensino funções que lhes competem, tais como construir valores básicos que deveriam ser ensinados no âmbito familiar.

As escolas, bem como os professores, não se encontram muitas vezes preparados para enfrentar novos desafios e exigências, produzindo constantemente uma tensão na realização das atividades docentes (MENDES, 2011). Em face desse quadro de responsabilização e impossibilidade vivenciado pelos docentes, observa-se a manifestação de esgotamento, estresse, ansiedade, problemas psicossomáticos que tornam indicadores de mal-estar nos docentes, levando-os a desistir ou a afastar-se temporariamente das atividades educativas.

Dejours (1992) nos diz que o início do sofrimento mental ocorre quando a relação *homem-organização do trabalho* se torna bloqueada, em razão de este não dar conta de atender às necessidades básicas que lhe são exigidas. Discorrendo sobre esta questão, Petroni (2007) nos diz:

Observo que grande parte dos professores mostra-se descontente com certa carência de propósitos sobre sua atuação e, não raro, pouco motivada com a situação social da categoria, as condições de trabalho, a dicotomia entre os discursos oficiais e o suporte oferecido colecionando, assim, experiências negativas que tem levado uma parte destes profissionais ao abandono da profissão ou, então, para muitos dos que permanecem, à realização de um

trabalho precário e, por conseguinte, gerador de sofrimento psíquico (PETRONI, 2007, p. 19).

Essa mesma autora nos mostra que outras dificuldades encontradas pelos docentes estão relacionadas às mudanças nas políticas públicas, à falta de recursos para o planejamento, à execução e avaliação dos processos de aprendizagem e ensino, dentre outros fatores. Desta forma, as dificuldades no ambiente de trabalho extrapolam a prática pedagógica através de demandas que são destinadas, muitas vezes, a outros profissionais além do professor.

A literatura consultada nos fornece informações relevantes na compreensão do aumento significativo de adoecimentos em trabalhadores bem como nos professores, mostrando assim a complexidade em investigar o mal-estar nesta categoria profissional. Além disso, demonstra que as transformações no mundo do trabalho repercutiram diretamente no aumento dos problemas de saúde nos trabalhadores em diversos contextos profissionais e se fazem presentes na atual conjuntura econômica, causando impactos significativos tanto na qualidade de vida dos trabalhadores quanto na estrutura do trabalho que exercem.

2.3 - Reestruturação da economia, reformas educacionais da década de 1990 e seus impactos na organização do Trabalho Docente

A reestruturação da economia demandou uma nova forma de organização da produção, requerendo modelos de formação profissional que tem passado a exigir maior grau de escolarização dos indivíduos. Em razão dessas modificações na economia mundial, o contexto educacional enfrentou grandes reformas. A educação passa a ser vista pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Unesco e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, como um meio de qualificar melhor os indivíduos, visando adequá-los à lógica do mercado.

Neste sentido, várias medidas foram adotadas, dentre essas Maués (2003) ressalta a abertura do comércio internacional e a desregulação das economias nacionais, as políticas de ajuste estrutural e de restrição do gasto social, os processos de privatização e descentralização administrativa dos serviços, junto a uma crescente ingerência dos organismos internacionais de crédito no perfil e financiamento das políticas estatais.

Os organismos internacionais passam a determinar as metas que devem ser alcançadas pelos países em desenvolvimento. São criados, assim, parâmetros de avaliação a fim de homogeneizar o nível de educação nesses países, tornando-os mais competitivos e ajustando-os ao processo de globalização. Do mesmo modo, esses organismos estabeleceram reformas e metas que deveriam ser alcançadas pelos países em desenvolvimento, para que a educação pudesse contribuir com o crescimento econômico (MAUÉS, 2003).

Na década de 1990 foram implementadas políticas na educação básica, o que trouxe consequências substantivas nas instituições escolares, na organização e gestão da educação pública, bem como no trabalho docente (OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA e MAUÉS, 2012; DOURADO, 2012; DUARTE e FERREIRA, 2012).

Segundo Oliveira (2004), a Conferência Mundial de Educação para Todos orientou a implementação de várias reformas educacionais nos países em desenvolvimento:

Percebe-se que a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, em março de 1990, representou a tentativa de uma nova orientação para as reformas educacionais dos países mais pobres e populosos do mundo: a educação para a equidade social. Para cumprir o compromisso, estabelecido em Jomtien, de expandir a educação básica, os países em desenvolvimento tiveram que pensar estratégias de elevação do nível de atendimento às populações sem, contudo, aumentar na mesma proporção os investimentos (OLIVEIRA, 2004, p. 45).

O governo brasileiro assumiu nesta conferência o compromisso de universalizar a educação básica. Segundo Oliveira e Maués (2012), nos governos de Fernando Henrique Cardoso a formação de professores e questões referentes aos profissionais que deveriam atuar na educação básica foram pontos para os quais as políticas educacionais estabelecidas passaram a se voltar.

Segundo Mancebo (2007), a adoção das políticas neoliberais não ocorreu ao mesmo tempo em todos os países, porém, durante os últimos 20 anos, o Brasil, assim como os países da América Latina, passou por processos de reforma, com base na racionalização do gasto público e redefinição das modalidades de intervenção do Estado, acarretando profundas mudanças em suas estruturas econômicas e sociais.

Ter em vista a adequação dessas orientações, políticas educacionais foram implantadas na educação básica. Destacam-se as políticas de democratização do ensino público e de educação para todos, criadas pelo Banco Mundial, que objetivaram equalizar a educação através da criação de escolas, apoio ao desenvolvimento da escola

secundária, educação vocacional e técnica, educação informal, educação básica e a qualidade educacional, por meio do desempenho dos alunos (GENTILI, 2000).

A fim de assegurar o cumprimento dessas políticas, foram criados pelo governo mecanismos de avaliação e controle das instituições educativas. Esses afetaram diretamente a estrutura curricular das escolas, a gestão e a organização do trabalho docente, tendo em vista que objetivavam quantificar e padronizar o ensino. As regulações prescritas nessas políticas visavam garantir a eficácia da educação, bem como a participação dos docentes e da comunidade na gestão de práticas diferenciadas, conduzindo a uma escolaridade ajustada aos interesses do capitalismo.

Ao se referirem às reformas educacionais da década de 1990, Duarte e Ferreira (2012) nos mostram que estas se fundamentavam em princípios mercadológicos e gerencialistas:

As reformas da década de 1990 trouxeram consigo instrumentos para a democratização do espaço escolar, como a possibilidade de eleição de diretores, implantação de instâncias de decisões como colegiados e assembleias escolares, a possibilidade de elaboração de projeto político-pedagógico e trouxeram simultaneamente as noções e os princípios administrativos oriundos da instituição mercantil, com base no modelo gerencialista (DUARTE e FERREIRA, 2012, p. 233).

Essas reformas educativas assumiram, assim, um caráter descentralizado, autônomo e avaliador (DUARTE e FERREIRA, 2012). A criação de novas escolas e o aumento do número de alunos nas salas de aula, bem como a inclusão de projetos sociais, a partir da participação de voluntários foram estratégias políticas bem definidas, a fim de reduzir os gastos na educação. Do mesmo modo, houve também a interferência privada nos setores públicos por meio da contratação de consultorias privadas. Tais influências foram cruciais nas regulações da escola e do trabalho docente na educação básica, repercutindo em seus processos de precarização e intensificação (MAUÉS, 2003).

Buscando apreender uma concepção desses processos, localiza-se no dicionário “Trabalho, profissão e condição docente” organizado por Oliveira et. al. (2012), a referência de Pochmann, que analisa o mercado de trabalho, identificando variáveis surgidas em decorrência da expansão do neoliberalismo, e suas repercussões regulamentadoras em vários países, incluindo o Brasil. São mudanças que ocorreram, sobretudo a partir da década de 1990, que reduziram os custos no trabalho ocasionado pelo arrocho salarial: diversas modificações nos direitos dos trabalhadores, nos

movimentos sindicais e nas jornadas de trabalho. Mudanças essas que repercutiram, também na atividade docente. Assim, a precarização do trabalho docente refere-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, resultando assim em problemas, tais como: flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade e burocratização da atividade docente.

Com relação às consequências destas mudanças no desempenho dos professores, pode-se inferir que a precarização tem produzido nos trabalhadores de ensino desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos.

Dentro deste quadro de precarização, identifica-se a intensificação do trabalho docente como fator relevante na compreensão do aumento de adoecimentos dos professores. Remetendo-se novamente ao dicionário organizado por Oliveira et. al. (2012), o conceito de intensificação se refere à exigência, demandada ao trabalhador de ensino, de um empenho maior do que se é desejável e suportável, seja físico, intelectual, psíquico ou uma combinação desses elementos.

São feitas também considerações ao cotidiano destes profissionais que refletem no trabalho que realizam, dentre as quais se mencionam as relações de cooperação entre estes; o processo de aquisição e transmissão de conhecimento no contexto de trabalho; e as relações familiares, grupais e sociais, que acompanham o trabalhador no seu cotidiano e refletem no espaço do trabalho, como potencialidades ou como problemas.

Neste dicionário pode-se perceber que autores como Apple, Hargreaves, Oliveira; Garcia e Anadon, entre outros, tem desenvolvido várias pesquisas sobre o trabalho docente e seus processos de intensificação. Segundo esta autora, a intensificação do trabalho docente representa uma das formas pelas quais os privilégios dos(as) trabalhadores(as) da educação são deteriorados. Para essa autora, isso ocorre de forma trivial e mais complexa, pois inclui desde a falta de tempo para o descanso, que cada vez mais se comprime, até uma ausência total de tempo para se atualizar em seu próprio campo profissional.

A autora compreende a intensificação do trabalho docente por meio da redução de tempo de descanso dos professores; a carência de tempo para manterem-se atualizados; a sobrecarga crônica e persistente de tempo, reduzindo as possibilidades de desenvolver um planejamento e controle sobre o próprio trabalho. Considera-se ainda, a

redução da qualidade do serviço, quando são feitos cortes ou se eliminam atividades, visando otimizar o tempo. Neste contexto, a autora afirma que o “lado perverso” da intensificação vem à tona, uma vez que os professores tornam-se impossibilitados de responder a todas as demandas e circunstâncias a que estão submetidos, produzindo em última instância quadros de adoecimentos.

Referindo-se à realidade latino-americana, Oliveira (2009) nos mostra que a intensificação do trabalho decorre da própria jornada de trabalho e se caracteriza por estratégias mais sutis e menos visíveis de exploração. Outro aspecto identificado pela autora se refere à ampliação da jornada individual de trabalho, em razão de o docente ter que assumir mais de um emprego pelo precário salário que recebe. Grande parte dos professores que trabalham em escolas públicas costuma assumir mais de uma jornada de trabalho, em diferentes estabelecimentos públicos e/ou privados.

É importante mencionar que a ampliação da escolarização, a extensão do ano letivo e o aumento do número de alunos obrigam as escolas básicas a se organizarem para atender a essas demandas, requerendo dos professores uma ampliação do exercício das atividades docentes para além do espaço escolar. Assunção e Oliveira (2009) acrescentam que:

No caso brasileiro, essas demandas chegam às escolas embaladas pela necessidade de implantação da gestão democrática nas escolas públicas, conquista obtida no plano legal a partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96. A referida lei amplia o ano letivo de 180 dias para 200 dias, ou 800 horas anuais no ensino fundamental. Apesar de representar uma conquista dos movimentos sociais, a democratização da gestão escolar, com todas as controvérsias a respeito, tem implicado maiores exigências para os docentes. A LDB n. 9.394/96, nos seus artigos 12, 13 e 14, dispõe sobre as competências dos estabelecimentos de ensino e dos docentes e, ainda, sobre a gestão democrática, reforçando tais tendências e demonstrando que no plano legal o trabalho docente não se restringe à sala de aula, mas que ele contempla ainda as relações com a comunidade, a gestão da escola, o planejamento do projeto pedagógico, a participação nos conselhos, entre outras funções (ASSUNÇÃO e OLIVEIRA, 2009, p. 352).

Desta forma, compartilha-se com as autoras que houve uma ampliação, no plano legal, do pleno exercício das atividades docentes. Verifica-se na profissão docente um alargamento das funções atribuídas ao professor e um aumento das jornadas de trabalho, resultando no que se tem denominado intensificação do trabalho docente.

Face às considerações apresentadas, fica caracterizado que a intensificação do trabalho docente estabeleceu uma nova dinâmica no cotidiano das instituições de

ensino, redirecionando o ritmo dos trabalhadores desse setor. Cabe destacar o fato de que o trabalho docente foi duplamente atingido pelas novas ordenações assumidas pelos Estados, através das políticas implementadas para a educação.

Compartilha-se com Dejours (1992) que o trabalho, como uma atividade humana, pode ser considerado à priori como uma fatalidade socialmente gerada. É preciso reconhecer que a evolução do mundo do trabalho é bastante preocupante não apenas para os trabalhadores, mas para todos os demais profissionais que se encontram comprometidos com a qualidade de vida e com o bem-estar do ser humano.

2.4 – Mal estar docente em professores do ensino fundamental: um levantamento de pesquisas do Banco de teses da Capes (2007-2011)

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi desenvolver um estudo bibliográfico sobre as pesquisas realizadas, nos últimos cinco anos, sobre o mal-estar docente. Neste capítulo apresentaremos algumas pesquisas publicadas no banco da CAPES, incluindo dissertações e teses, no período entre 2007 e 2011, que abordam como tema central de estudo o adoecimento de professores do ensino fundamental.

A organização inicial da pesquisa bibliográfica foi orientada pelas seguintes questões: o que dizem os trabalhos disponibilizados pela CAPES sobre o adoecimento de professores do Ensino Fundamental? Quais são as abordagens metodológicas recorrentes nesta área de investigação? Quais são as lacunas e/ou possíveis diálogos existentes neste campo de estudo?

O primeiro passo foi selecionar as dissertações e teses referentes ao período mencionado utilizando as seguintes palavras-chave: trabalho docente; mal-estar docente/adoecimento; ensino fundamental.

Segundo Oliveira (2004), o imperativo da globalização inaugurou um novo momento na educação brasileira e, conseqüentemente, na atividade docente, uma vez que as novas requisições do mercado de trabalho passam a demandar dos trabalhadores melhor qualificação profissional, visando atender às exigências mercadológicas. Desta forma, o trabalho dos professores passa a ser submetido a uma nova lógica capitalista resultando em precárias condições de trabalho na escola. Os professores assumem várias atribuições que extrapolam a função pedagógica e se vêem impossibilitados em atender a estas demandas, gerando mal-estar docente, como veremos nos estudos que serão apresentados a seguir.

No levantamento feito com as palavras-chave citadas anteriormente, encontramos 37 trabalhos que tinham como objeto de pesquisa o mal-estar docente. Após a leitura dos resumos observou-se que 24 desses estavam correlacionados a adoecimentos de professores do ensino médio, técnico e/ou superior, e 11 se referiam a professores do ensino fundamental, dialogando, diretamente, com a nossa proposição de estudo. Todas as pesquisas encontradas no recorte temporal proposto referem-se a dissertações de mestrado. As dissertações que foram descritas e analisadas são de autoria de Petroni, (2007), Marques (2007), Batista (2007), Barroso (2008), Sampaio (2008), Fonseca (2009), Rodrigues (2009), Silva (2010), Mendes (2011), Kehl (2011) e Soldadelli (2011).

Na tabela 1, pode-se identificar que, das 11 pesquisas encontradas sobre o nosso objeto de estudo, mais da metade dessas são provenientes da região Sul do Brasil sendo 6 desenvolvidas EM universidades públicas estaduais/federais.

Tabela 1 – Número de trabalhos publicados e instituições de origem

Instituição de Origem	Nº de Estudos	Pesquisadores
Universidade Estadual Paulista – UEP	1	Petroni (2007)
Universidade Estadual de Maringá – UEM	1	Marques (2007)
Universidade de Brasília – UNB	2	Barroso (2008) Silva (2010)
Universidade Federal de Pernambuco – UFP	1	Fonsêca (2009)
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	1	Rodrigues (2009)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS	3	Mendes (2011) Sampaio (2008) Kehl (2011)
Universidade Federal do Mato Grosso	1	Batista (2007)
Universidade Federal de Santa Catarina	1	Soldadelli (2011)
TOTAL	11	

Fonte: Elaborado a partir dos estudos selecionados no banco de teses da CAPES.

Na tabela 2 foram elencados os temas discutidos com maior frequência nas referidas dissertações. Observamos que todos estes focam o mal-estar docente e o contexto escolar nas discussões dos dados das pesquisas. Um exemplo sobre tais discussões refere-se ao trabalho de Mendes (2011), quando nos mostra que as contradições encontradas pelos professores no contexto escolar podem contribuir com o mal-estar nestes profissionais:

A falta de infra-estrutura, de material, da formação pedagógica dos professores, suas condições de saúde bem como a nutrição dos educandos, os contextos da violência e pobreza nas comunidades, os baixos salários levam os docentes a um processo de adoecimento pelo trabalho, pois para o professor conseguir atingir os objetivos da produção “escolar”, precisa gerar enormes esforços de suas funções bio-psico-sociais, resultando em um processo denominado mal-estar docente (MENDES, 2011, p. 15).

A crise de identidade profissional é problematizada e recorrente em 83% dos estudos. É importante mencionar que este tema associado ao mal-estar docente e ao contexto escolar são categorias de análise diretamente relacionadas com as condições de trabalho docente, tema discutido em 4 dissertações. De acordo com Rodrigues (2009), o enfoque normativo, com embasamento na formação inicial do docente, orienta os programas de formação fundamentados num modelo idealizado de professor eficaz. Prescrições são feitas aos docentes sobre o que deve ser feito e o que deve ser evitado no desempenho de uma boa prática de ensino, elegendo-os e responsabilizando-os pela eficácia docente. Neste sentido, a autora argumenta que:

O professor com formação baseada em enfoques normativos apresenta uma tendência a se culpar com os enfrentamentos da realidade do cotidiano pedagógico, devido sua personalidade apresentar limitações e não fechar com o perfil ou modelo de professor idealizado, com o qual se identificou durante o tempo de formação inicial (RODRIGUES, 2009, p. 138).

Afetividade e sentimentos foram temas discutido em 3 dissertações. Representando estes temas, citamos Marques (2007), quando aborda em seu trabalho a relação da afetividade e sentimentos com a *Síndrome de Burnout*, tema muito recorrente em sua pesquisa e que nos possibilita destacar a importante relação entre estes dois temas. A autora considera que esta síndrome produz um processo de exaustão emocional, quando o trabalhador percebe sua energia e afetividade esgotadas gerando a despersonalização desse e desenvolvendo sentimentos e atitudes negativas, bem como a falta de envolvimento pessoal no trabalho:

Assim, percebemos a afetividade qualificando nossa vida, nossos relacionamentos, nossa existência e, infelizmente, o que assistimos é um esvaziamento de emoções e sentimentos bons, que produzem bem-estar e contemplamos apenas sua parte negativa, em que as pessoas são coisificadas e objetalizadas, provocando um mal-estar geral (MARQUES, 2007, p. 73).

Os temas: Psicanálise, Políticas públicas em educação e Participação da família na escola foram citados em 2 dissertações, mostrando-nos a importância em investigar mais detalhadamente estas categorias, pois elas são ricas e possibilitam maiores discussões acerca da relação: trabalho docente e adoecimentos. Já os temas: avaliação da profissão e prática docente, atualização profissional, Bem-estar docente, *Síndrome de Burnout*, Legislação em defesa da criança e do adolescente – ECA e Desistência da profissão docente foram problematizados em apenas 1 dissertação, porém, podemos observar que eles dialogam diretamente com os temas mais discutidos representados na tabela 2:

Tabela 2 – Temas discutidos nas dissertações (2007- 2011)

Temas discutidos	Nº de estudos	Autores das dissertações
Mal-estar docente	8	Mendes (2011) Fonseca, (2009) Rodrigues, (2009) Marques, (2007) Petroni, (2007) Barroso, (2008) Kehl, (2011) Silva, (2010)
Contexto escolar	7	Mendes (2011) Fonseca, (2009) Petroni, (2007) Barroso, (2008) Rodrigues, (2009) Marques, (2007) Silva, (2010)
Crise de Identidade profissional	6	Mendes (2011) Fonseca, (2009) Petroni, (2007) Barroso, (2008) Rodrigues, (2009) Silva, (2010)
Condições do trabalho docente	4	Fonseca, (2009) Rodrigues, (2009) Marques, (2007) Barroso, (2008) Soltadelli, (2011)
Afetividade e sentimentos	3	Mendes (2011) Marques, (2007) Barroso, (2008)
Psicanálise	2	Fonseca, (2009) Barroso, (2008)
Políticas públicas na educação	2	Fonseca, (2009) Rodrigues, (2009) Soltadelli, (2011)
Participação da família na escola	2	Fonseca, (2009) Barroso, (2008)
Avaliação da profissão e prática docente	1	Petroni, (2007)
Atualização profissional	1	Petroni, (2007)
Bem-estar docente	2	Mendes, (2011) Kehl, (2011)
<i>Síndrome de Burnout</i>	1	Marques, (2007)
Legislação em defesa da criança e do adolescente – ECA	1	Fonseca, (2009)
Desistência da profissão docente	1	Fonseca, (2009) Soltadelli, (2011)

Fonte: Elaborado a partir dos estudos selecionados no banco de teses da CAPES.

Outro aspecto que buscamos destacar nas dissertações se refere aos teóricos e suas categorias de estudo contemplados nos estudos selecionados (Tabela 3). Dentre esses, destacamos os brasileiros Wanderley Codo e José Manuel Esteves, citados em mais de 83 % das pesquisas analisadas no banco de teses da CAPES.

O português Antônio Nóvoa e a francesa Laurence Bardin, apesar de não referenciados em todas as pesquisas, também aparecem com frequência no referencial teórico dos estudos apresentados. Já os autores brasileiros Marli André, Miguel Arroyo, Alda Mazzotti, Bernadete Gatti e José Carlos Libâneo foram referenciados por mais de um pesquisador, o que nos possibilita destacar a relevância destes autores na literatura brasileira, uma vez que apresentam dados e problematizações importantes para a pesquisa brasileira nas ciências humanas e sociais.

Tabela 3 – Autores e categorias mais utilizadas nos estudos

Autores recorrentes/categorias	Nº de estudos	Autores/Pesquisadores
W. Codo • Trabalho e mal estar docente	9	Petroni, (2007) Mendes, (2011) Fonseca, (2009) Marques, (2007) Rodrigues, (2009) Barroso, (2008) Kehl, (2011) Soltadelli, (2011) Silva, (2010)
M. J. Esteve • Mal-estar	8	Petroni, (2007) Mendes, (2011) Fonseca, (2009) Marques, (2007) Rodrigues, (2009) Kehl, (2011) Soltadelli, (2011) Silva, (2010)
A. Nóvoa • Profissão docente e formação de professores	5	Petroni, (2007) Fonseca, (2009) Marques, (2007) Kehl, (2011) Silva, (2010)
L. Bardin • Análise de conteúdo	4	Mendes, (2011) Fonseca, (2009) Barroso, (2008) Silva, (2010)
A. Dejours • Psicodinâmica do Trabalho	4	Barroso, (2008) Rodrigues, (2009) Soltadelli, (2010) Silva, (2010)
B. J. Libâneo • Profissão docente	3	Petroni, (2007) Marques, (2007) Silva, (2010)
C. Chizzotti • Pesquisa qualitativa	2	Petroni, (2007) Fonseca, (2009)
M. André • Formação de professores	3	Petroni, (2007) Rodrigues, (2009) Soltadelli, (2011)
M. Arroyo • Trabalho docente	2	Petroni, (2007) Mendes, (2011)
D. J. Tedesco • Profissão docente	2	Petroni, (2007) Rodrigues, (2009)
S. Freud • Psicanálise e psicologia escolar	3	Barroso, (2008) Fonseca, (2009) Silva, (2010)
M. C. Kupfer • Psicologia escolar e Psicanálise	2	Barroso, (2008) Fonseca, (2009)
J. Lacan • Psicanálise	2	Barroso, (2008) Fonseca, (2009)

Fonte: Elaborado a partir dos estudos selecionados no banco de teses da CAPES.

Por fim, também são referenciados mais de uma vez nos estudos selecionados o argentino Juan Carlos Tedesco, os franceses Jacques Christophe Dejours e Jacques-Marie Émile Lacan, o tcheco Sigmund Freud e a brasileira Maria Cristina Kupfer demonstrando, assim, a relevância destas referências no campo de estudo analisado.

No que se refere à abordagem metodológica, instrumentos e técnicas utilizadas podemos verificar que a abordagem qualitativa tende a predominar, sendo recorrente em 6 dissertações, sendo que 2 destas utilizam concomitante a abordagem quantitativa. Na tabela 4 descrevemos especificamente os instrumentos e as técnicas utilizados para a coleta e análise dos dados utilizados nos estudos consultados.

Observa-se que a análise de conteúdo foi utilizada em 3 estudos nas análises das entrevistas pelas pesquisadoras, fornecendo assim detalhes importantes na construção da fala dos professores participantes das respectivas pesquisas.

A estatística descritiva foi utilizada em apenas 2 dissertações a fim de descrever, qualificar e quantificar as variáveis identificadas na análise dos questionários. A entrevista semi-estruturada também foi utilizada em 2 dissertações para constatar que as vivências pessoais e profissionais refletem a prática pedagógica dos professores. A análise documental foi priorizada em 2 dissertações, a fim de fazer um levantamento inicial do número de laudos médicos dos docentes afastados, fornecendo informações iniciais na construção da pesquisa. Já as técnicas de entrevista não estruturada, questionários e estudo bibliográfico foram usados em apenas 1 dissertação.

Tabela 4 – Métodos e técnicas nos estudos selecionados

Métodos e técnicas	Nº de estudos	Autores
Análise de conteúdo	3	Mendes, (2011) Fonseca, (2009) Barroso, (2008)
Estatística descritiva	2	Mendes, (2011) Petroni, (2007) Sampaio (2008)
Observação		Batista (2007) Kehl (2011)
		Batista (2007)
Entrevista semi-estruturada	2	Mendes, (2011) Barroso, (2008) Silva (2010)
Análise documental	2	Rodrigues, (2009) Barroso, (2008) Soltadelli (2011),
Entrevista não estruturada	1	Fonseca, (2009)
Questionários	3	Mendes, (2011) Kehl, (2011) Soltadelli, (2011) Sampaio (2008) Soltadelli (2011)
Estudo bibliográfico	1	Marques, (2007)

Fonte: Elaborado a partir dos estudos selecionados no banco de teses da CAPES.

Procurando nos deter em cada estudo, separadamente, iniciaremos com a pesquisa de Petroni (2007), intitulada: “Perfil pessoal e profissional de professores do ensino fundamental e médio: uma investigação com profissionais pertencentes à diretoria do ensino de Jaú- SP”. Esta pesquisa objetivou traçar o perfil do professor que atua nas séries finais do ensino fundamental e médio, priorizando três categorias de

análise: a) identificação pessoal e profissional; b) acesso à cultura e atualização profissional; c) avaliação da profissão e prática docente.

A autora utilizou a pesquisa quantitativa como abordagem metodológica. Foi aplicado um questionário composto por 56 itens a 100 professores, analisados à luz da estatística descritiva. A pesquisadora fez conexões dos dados obtidos na pesquisa com os dados dos perfis de professores brasileiros em estudos desenvolvidos pela UNESCO.

Na análise da categoria “identificação pessoal e profissional”, a autora observou que existe a predominância de docentes do sexo feminino, casadas, com faixa etária dos 26 aos 45 anos, chegando estas a serem mais jovens que docentes de outros países. Um dado que nos chamou muita atenção foi que a renda mensal dos professores corresponde a 80 % da renda familiar, o que nos permite inferir a necessidade imprescindível destes permanecerem na profissão, mesmo diante de um quadro de intensificação e precarização das condições de trabalho.

A segunda categoria, que se refere ao “acesso à cultura e atualização profissional”, explicita que os professores reservam o pequeno tempo disponível para as atividades de lazer como forma de aliviar o estresse. Sobre a atualização profissional, a pesquisadora nos mostra que a maioria tem especialização *lato sensu*, mas apresenta dificuldades para operar com tecnologias, dificultando, assim, o uso desta ferramenta com seus alunos nas atividades de ensino.

Por fim, na terceira categoria, “avaliação da profissão e prática docente”, as professoras argumentam que tem pouca atuação nas decisões pedagógicas, como também, sentem que sua profissão é desvalorizada pela sociedade e, inclusive, pelos próprios professores. Encontram-se desmotivadas, com carência de propósitos sobre sua função e com condições ruins de trabalho, acumulando experiências negativas na profissão. Muitas das entrevistadas se sentem mobilizadas em abandonar a profissão e apresentam sintomas que revelam sofrimento psíquico.

A pesquisadora ressalta que a avaliação dos professores em relação à profissão, bem como da sociedade para com esses, contribui para a construção de um conceito negativo da profissão, gerador de fatores de insatisfação, e, por conseguinte, desencadeador do mal-estar docente:

Grande parte dos professores mostra-se descontente, com certa carência de propósitos sobre sua atuação e, não raro, pouco motivados com a situação social da categoria, as condições de trabalho, a dicotomia entre os discursos oficiais e o suporte oferecido colecionando, assim, experiências negativas que tem levado uma parte destes profissionais ao abandono da profissão ou,

então, para muitos dos que permanecem, à realização de um trabalho precário e, por conseguinte, gerador de sofrimento psíquico (PETRONI, 2007, p.19).

Neste estudo identificamos a importância de traçar o perfil dos professores em seus vários aspectos a fim de compreendermos as nuances que perpassam a profissão docente e que podem desencadear adoecimento físico e psíquico.

Com o trabalho intitulado: “Para além do sofrimento: uma possibilidade de compreensão do mal-estar docente”, Barroso (2008) apresentou como objeto de estudo o adoecimento de professores com histórico de afastamento por licenças médicas que trabalham no ensino fundamental na Rede pública do Distrito Federal. O objetivo desta pesquisa foi investigar o mal-estar docente tendo em vista as angústias e as possibilidades dos professores de re-significação do sofrimento psíquico, gerado por fatores internos e externos que se interagem no contexto do trabalho docente, com destaque para o ambiente escolar, sala de aula, alunos, administração, organização e efetivação das atividades docentes em professores com histórico de afastamento.

A pesquisa contou com a participação de 4 professoras da escola Classe A da regional do plano piloto, na Asa Sul de Brasília, e foi desenvolvida em dois momentos: no primeiro foi realizado um breve estudo documental da perícia médica, sobre os afastamentos de professores por licenças, com a finalidade de aproximação da realidade psíquica vivencial dos professores. Os CIDs⁷ de maior frequência identificados foram os de classificação “Fs”, que se referem aos transtornos mentais. Neste sentido, o pesquisador buscou estabelecer um diálogo entre os dados e os fundamentos da teoria psicanalítica. Essa aproximação que a autora faz com a psicanálise não é apenas teórica, mas também metodológica, pois ela centraliza sua análise na fala dos professores, recorrendo à associação livre. Por meio da entrevista semi-estruturada a pesquisadora buscou acessar as memórias educativas dos professores abordando suas histórias de vida pessoal e profissional, com a intenção de verificar a presença de sintomas que indicassem adoecimentos. A análise de conteúdo foi o método adotado pela autora a fim de observar nas falas, frases ou expressões, movimentos psíquicos que possibilitassem o resgate das lembranças relacionadas ao campo de investigação.

Na análise do conteúdo das entrevistas foram identificadas sete categorias temáticas, a saber: Trabalho docente; Adoecimento; Família dos alunos; Angústia; Impotência; Memória do professor; Professor e esperança de realização.

⁷Classificação Internacional de Doenças.

Sobre a categoria “Trabalho docente”, a pesquisadora constatou que os professores se preocupam com a organização e desenvolvimento de seu trabalho para que sua prática possa ter um bom resultado. Demonstram que os problemas advindos do ambiente familiar podem afetar o rendimento de seu trabalho, causando assim, menor desempenho em sua prática.

Em relação à categoria “Adoecimento”, o sofrimento é caracterizado em decorrência às circunstâncias e situações conflitantes em sala de aula. Um dado importante é que os professores demonstram interesse em ter um acompanhamento psicológico, a fim de lhes possibilitar o autoconhecimento e melhorar o cotidiano familiar e escolar.

A terceira categoria, denominada por Barroso (2008), “Família dos alunos”, oferece informações relevantes sobre os problemas familiares e a violência na qual os alunos estão inseridos e que incidem sobre a saúde dos professores, produzindo adoecimentos uma vez que estes acabam por absorver os problemas de cada estudante (desinteresse em aprender, insegurança, sofrimento familiar) e se sentem incapazes resolvê-la.

A quarta e a quinta categoria: “Angústia” e “Impotência”, respectivamente, retratam a crise dos docentes frente ao sentimento de medo, frustração, insegurança, desgaste e culpa por não alcançarem seus objetivos pedagógicos em sala de aula. Este dado possibilita constatar as dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes e que acabam criando, nestes, o medo da sala de aula e do ambiente escolar.

Uma questão que chama atenção sobre a sexta categoria de análise, “Memória do professor”, foram as lembranças que os docentes reviveram ao relatar suas trajetórias profissionais, produzindo reflexões acerca de bons momentos que vivenciaram mas que foram se perdendo com o tempo, na docência. Ao reviver o passado, as docentes percebem a importância do registro de suas histórias, por meio da pesquisa, e evidenciam que a reflexão sobre sua prática desperta a necessidade de rever sua prática pedagógica e ressignificar a profissão.

A última categoria de análise, “Professor”, é representativa do entendimento de que por mais que existam problemas na sala de aula, no trabalho docente, na estrutura da escola, os professores ainda acreditam na possibilidade de sucesso na profissão bem como no respeito por sua profissão.

O estudo de Barroso (2008) muito importante, tece discussões mais detalhadas e encaminha novas reflexões sobre o adoecimento de professores, uma vez que, através da

memória educativa, o docente revê sua prática pedagógica no decorrer da sua trajetória e começa a observar que é necessário modificar sua postura diante das questões que lhes trazem mal-estar.

Com o trabalho intitulado: “Contribuições da psicanálise a uma leitura do mal-estar docente na rede municipal do ensino de Olinda,” Fonsêca (2009) investigou no ensino fundamental a presença do mal-estar na educação, bem como os fatores que geram os adoecimentos. O objetivo desta pesquisa foi identificar a interferência destes fatores bem como analisar o posicionamento subjetivo dos professores diante dos problemas de saúde.

Em relação à definição dos sujeitos que participariam desta pesquisa, foram selecionados 15 docentes do ensino fundamental, da rede pública de ensino, com pelo menos 10 anos de profissão. Este indicador na escolha teve como propósito ouvir professores que possuíam experiência na docência estando em condições de opinar sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos na profissão.

Para a obtenção dos depoimentos dos professores, foram utilizados dois instrumentos combinados: questionário e entrevista. O tipo de entrevista adotado foi a entrevista não estruturada focalizada, levando em consideração um roteiro referente ao mal-estar na educação que a pesquisadora queria abordar e investigar, mas, sobretudo, possibilitar ao entrevistado expressar livremente as questões levantadas pela pesquisadora.

A pesquisadora utilizou no referencial teórico, bem como na análise dos dados, os conceitos psicanalíticos freudianos, a fim de identificar os sintomas que decorrem do quadro de mal-estar na educação. Os dados analisados revelam conexões importantes entre o mal-estar docente e os processos de precarização e intensificação do trabalho, no contexto educativo decorrente da conjuntura socioeconômica brasileira.

Ao analisar as falas das professoras, a pesquisadora identificou insatisfação com a profissão, angústia, estresse e sintomas físicos, os quais, segundo ela, são geradores de um quadro alto de adoecimentos nos docentes e que estão relacionados com o ambiente escolar, bem como com o trabalho em sala de aula. A pesquisadora qualifica, para tanto, fatores relacionados à ausência de recursos materiais, condições de trabalhos desfavoráveis, violência na escola, acúmulo de exigências sobre o professor e reestruturação do trabalho docente.

O trabalho de Rodrigues (2009), intitulado: “O mal-estar docente: trabalho, saúde e educação”, teve como foco o contexto das políticas públicas que determinam as condições do trabalho docente que refletem na saúde dos professores.

O objetivo deste estudo foi identificar as principais patologias que afastam os docentes de seu trabalho, bem como analisar os fatores relacionados ao contexto pedagógico que implicam na saúde dos docentes da Gerência Regional de Educação de Santa Catarina.

Esta pesquisa aborda como categorias centrais o mal-estar docente e suas relações com o trabalho docente, elaborando conexões com as reformas educacionais que interferiram na reestruturação do trabalho dos professores a partir da década de 1990.

O estudo contou com uma amostra composta por 357 professores que atuam na Rede Estadual de Ensino Curitibanos (SC) e que se afastaram de suas atividades, no período compreendido entre 2003/2007. Para obter os dados sobre os professores acometidos por patologias e que acabaram se afastando de suas atividades laborais, foi realizada uma pesquisa documental de 384 laudos de afastamento destes professores arquivados no setor de Recursos Humanos da referida Gerência Regional de Educação, a fim de caracterizar, no período analisado (2003-2007), o perfil dos professores que recorreram às licenças para tratamento de saúde.

A pesquisadora fez uma interlocução entre os campos teóricos “Educação”, “Psicologia do Trabalho” e “Saúde”. Além disso, apresentou alguns pontos considerados interessantes no processo histórico do trabalho docente e elencou algumas subcategorias relacionadas a este tema: a) aspectos da saúde e do trabalho docente na América Latina; b) saúde e condições de trabalho nas escolas públicas; c) reformas educacionais; d) o mal-estar docente; e) estresse e ansiedade dos docentes; f) condições de trabalho e saúde dos professores.

O estudo evidenciou que o mal estar docente é um alerta para as instituições educativas, os gestores escolares e a legislação vigente, que organiza e regulamenta a educação. As doenças diagnosticadas com maior frequência são psiquiátricas e permitem aferir que a saúde mental do professor requer uma atenção especial. Outras doenças que apareceram com maior frequência e, conforme os laudos analisados, são produzidas no ambiente de trabalho, são as traumatológicas, como dor lombar, tendinite, lesões nos membros superiores, processos alérgicos e respiratórios.

Os resultados desse estudo mostram que os professores que sofrem de mal-estar tem, tempo médio de serviço de 17 anos com uma carga horária de quarenta horas semanais no Ensino Fundamental.

A pesquisadora demonstra, assim, a necessidade de revisão da organização do trabalho e de seus elementos caracterizadores bem como a necessidade de continuidade das investigações sobre esta temática em outras regiões do Estado, objetivando colaborar na construção de alternativas para melhoria do quadro de adoecimentos nos docentes.

O estudo de Silva (2010) objetivou investigar a trajetória histórica do mal-estar de docentes do Ensino Fundamental do Distrito Federal. Participaram da pesquisa treze professores no início de carreira até com 30 anos de tempo de serviço. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas, guiadas por roteiro a partir da análise de conteúdo.

A pesquisadora identificou que o mal-estar assume variações em relação ao tempo de docência e em relação ao período histórico em que a docência se iniciou. Os principais pontos que interferem no surgimento do mal-estar nestes professores estão relacionados com a desvalorização da profissão docente e as dificuldades na relação desses com os alunos. Estes fatores comprometem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a relação entre os próprios docentes, gerando dificuldades relacionais no ambiente de trabalho. Além disso, as cobranças exigidas pelo estado, por meio das avaliações externas, afetam diretamente a autonomia dos docentes, pois o planejamento pedagógico dos conteúdos passa a ser controlado, causando tensões no trabalho destes professores.

Fazendo alusão a outra pesquisa, apresentamos o estudo de Mendes (2011), que analisou as condições de trabalho dos professores de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Esse teve por objetivo detectar e analisar as condições de mal-estar e bem-estar de 30 professores de uma escola do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, através de informações sobre suas licenças para tratamento de saúde, obtidas na Secretaria Municipal da Saúde.

A pesquisadora utilizou questionários, entrevistas e informações documentadas na Secretaria Municipal da Saúde que forneceram dados acerca das licenças para tratamento de saúde, solicitadas pelos docentes da escola, no primeiro semestre de 2010.

As categorias teóricas de estudo se referem ao contexto escolar, saúde dos docentes, crise de identidade profissional e bem-estar docente. Para a autora, questões relacionadas com a infra estrutura da escola, a falta de recursos materiais, a violência

escolar e o acúmulo de funções atribuídas ao professor são fatores que contribuem e podem gerar o mal-estar docente.

A pesquisadora identificou que, num grupo de 96 professores, 34 estiveram em licença para tratamento de saúde no primeiro semestre de 2010. Além disso, ela evidenciou que, dentre as licenças com maior tempo de afastamento do trabalho, as mais recorrentes foram em função de transtornos mentais e comportamentais, já que este grupo contabilizou 57,26% dos dias de afastamentos e que 12,5% foram enquadrados em licença para tratamento de saúde.

A autora destacou a importância, também, de compreender os fatores do cotidiano escolar que influenciam as dinâmicas de desenvolvimento do mal/bem-estar docente, entrevistando cinco professores e utilizando a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Na análise dos indicadores de mal/bem-estar docente, a autora constatou que esses profissionais têm clareza dos elementos que lhes causam mal-estar e apresentaram índices elevados de estresse e exaustão, mas revelaram que seu trabalho pode ajudar na construção de uma sociedade melhor, o que lhes traz bem-estar.

Além das etapas descritas anteriormente, a autora considerou relevante complementar a pesquisa com uma Oficina de Sensibilização, para ressaltar as relações afetivas no ambiente escolar, com a temática “Afetividade: autodesenvolvimento e educação”. Foi selecionado o artigo “Afetividade: manifestação de sentimentos na educação” para guiar as discussões e para que os educadores pudessem compreender a afetividade e sua relevância na Educação.

Segundo Mendes (2011), as professoras ressaltaram que em suas práticas os conflitos que acontecem em aula estão muito ligados à afetividade. Elas percebem que os alunos têm dificuldade de relacionamento com seus pares e, às vezes, com os educadores, pois não conseguem lidar bem consigo mesmos e com suas próprias emoções. No final da oficina o grupo se reuniu para trabalhar coletivamente as conclusões produzidas individualmente.

Após a análise das entrevistas e da observação na oficina de sensibilização, a pesquisadora constatou que os conflitos vividos pelos professores não os levam a querer mudar de vida, embora gostassem de ter mais sucesso profissional e melhorar sua própria saúde.

Um dado que nos chamou muita atenção, neste estudo, foi que a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre é um dos órgãos que melhor remunera os professores da

Educação Básica e, desta forma, as falas dos professores não apresentam queixas em relação ao lado financeiro.

A referida autora concluiu que vários elementos podem contribuir com a melhoria das condições de saúde e bem-estar docente, como, por exemplo, a escola com ambiente de apoio e acolhimento, as relações interpessoais positivas e calcadas no afeto, ações via sistemas de ensino, de saúde e apoio social. Porém, é necessário que haja melhorias em algumas questões problemáticas no ambiente escolar e que acabam afetando a saúde destes docentes:

Para que exista uma melhora concreta das condições de saúde destes professores existem elementos constituintes de seu ofício que precisam ser modificados. Alguns destes itens precisam de investimento em políticas públicas em nível sistêmico, prescindindo da ação direta dos professores, para que possam ser alterados e superados, quais sejam: a violência escolar; a burocracia instituída como parte do trabalho; o excesso de alunos na sala; os baixos salários e um plano de carreira deficitário; a formação insuficiente; os recursos materiais e didáticos escassos; o excesso de períodos semanais em sala de aula, sobrando pouco ou nenhum espaço para o planejamento pedagógico individual e coletivo; um serviço de saúde técnico que não auxilia diretamente nos problemas de saúde dos professores, entre outros (MENDES, 2011, p. 90).

Este estudo nos mostra resultados interessantes, com dados diferenciados em relação a outros estudos, uma vez que, mesmo detectando, nas análises dos dados, um número considerável de professores adoecidos, esses elencam elementos que podem melhorar suas condições de saúde e bem-estar, tais como ambiente de apoio e acolhimento nas escolas, relações interpessoais positivas e calcadas no afeto, ações via sistemas de ensino e de saúde e apoio social.

Sampaio (2008) buscou desenvolver um Programa de apoio ao bem-estar docente através de atividades teóricas e práticas, a fim de analisar as repercussões sobre as posturas dos professores, tanto em sua vida pessoal como profissional, conduzindo o docente a reflexões sobre situações de mal-estar para situações de bem-estar, num processo de construção continuada e permanente, iniciada com oficinas direcionadas para este grupo.

O autor utilizou a metodologia quantitativa e qualitativa, envolvendo quinze professores do ensino fundamental e médio do município de Ibema/PR, entre o período de março e dezembro de 2006. Os instrumentos utilizados foram: estudo de caso, questionário de auto-imagem e auto-estima, estatística descritiva e inferencial, entrevistas, bem como diário de campo complementar.

Os resultados deste estudo confirmam que as principais causas do mal-estar docente provêm das dificuldades que os alunos têm no processo de ensino-aprendizagem. Outra questão considerada pelo autor é que a escola, por se tratar de um ambiente em que se trabalha com pessoas de diferentes modos de agir e pensar pode desencadear atritos que se acumulam ao longo do tempo, gerando problemas entre os profissionais que nela atuam.

O autor observou que, após a implementação do Programa, as estratégias que os professores passaram a utilizar para enfrentar as dificuldades e angústias encontradas no ambiente de trabalho, geradoras de mal-estar, são através de comportamentos mais afetivos, tanto para a motivação e aprendizagem dos alunos, como nas relações interpessoais que estabelecem em seu cotidiano. Com isso, o pesquisador destaca que os resultados da pesquisa demonstram a importância da permanência de um Programa de Apoio ao Bem-Estar Docente, uma vez que auxilia no enfrentamento e superação de problemas e angústias em direção à qualidade de vida no trabalho, com repercussões profissionais e pessoais.

Outro estudo que apresenta a temática “adoecimentos de professores do Ensino Fundamental” é o de Soltadelli (2011), que analisou o processo de adoecimento dos professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Florianópolis/SC. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário dirigido a 165 docentes da Rede Municipal de Florianópolis. O estudo tratou das particularidades do trabalho docente e de suas condições na rede pública da cidade como um exemplo do que acontece com a maior parte da classe trabalhadora na atualidade em face das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, impulsionadas pelos processos de reestruturação capitalista.

A autora analisou, também, documentos sindicais, cujos dados extraídos, juntamente com os dos questionários respondidos pelos docentes, possibilitaram constatar que as relações e as condições de trabalho dos professores do ensino fundamental da rede municipal de Florianópolis têm contribuído de forma significativa ao processo de adoecimento desses trabalhadores. Os adoecimentos mais presentes nesta categoria profissional foram os transtornos mentais e comportamentais. A análise dos conteúdos textuais também nos mostra que ações de defesa são apresentadas pelos professores para amenizar o sofrimento decorrente do trabalho que realizam, além de ações de resistência organizadas, por esses, no próprio local de trabalho ou através do sindicato, na tentativa de denunciar os elementos causadores do sofrimento.

Dando prosseguimento aos estudos já realizados mencionamos Marques (2007), que realizou uma pesquisa bibliográfica, a fim de buscar respostas que permitissem à pesquisadora observar quais seriam os investimentos dos professores no desempenho de funções com reduzido risco de adoecimentos. Para tanto, buscou inicialmente, identificar os problemas que afetam a saúde dos professores.

No primeiro capítulo, a autora apresenta definições conceituais de felicidade dialogando com os teóricos Snyders, Makarenko, Helller e Novo. No segundo capítulo, a profissão docente é discutida, focalizando a Síndrome de *Burnout* como expressão do mal-estar docente. Já no terceiro capítulo, a pesquisadora aborda a relação entre a saúde do professor e as emoções. O principal eixo temático é a Teoria da Emoção, de Wallon, por meio da qual a autora buscou delinear a relação entre o pensamento, as emoções e as formas como estas se manifestam, bem como as condições que afetam seu equilíbrio. No quarto capítulo, a pesquisadora finaliza sua pesquisa buscando compreender a Pedagogia Progressista elaborada por Georges Snyders, a fim de definir conceitos que pudessem ser associados com as categorias “sofrimento” e “trabalho”, defendendo a tese de que a alegria é a fonte de vitalidade e que é importante fazer-se parte das atividades pedagógicas.

Após refletir sobre as diferentes concepções acerca da categoria felicidade, bem como indicar a Síndrome de *Bournout* como uma das causas dos adoecimentos que tem afetado negativamente os profissionais da educação, a pesquisadora propõe uma intervenção preventiva no contexto educacional a fim de amenizar os fatores determinantes do estresse ocupacional nas instituições escolares. Ela argumenta que a produtividade e a eficiência no mercado de trabalho podem ser consideradas como parâmetros de uma carreira profissional bem sucedida e da realização pessoal, transformando a educação como um negócio rentável.

Segundo Marques (2007), o ato educativo não está vinculado somente ao aprimoramento das funções e capacidades cognitivas dos educandos, mas, sobretudo, às manifestações afetivas que também estão implicadas neste ato. Desta forma, se os professores estiverem mais satisfeitos, menos frustrados em seu trabalho, isso poderá repercutir na constituição de sua individualidade assim como em seus relacionamentos interpessoais no contexto pedagógico, um campo em que transitam não só os conhecimentos ensinados, mas também afetos.

A pesquisa de Kehl (2011) apresenta um estudo sobre bem-estar e mal-estar expressado por professores na escola marista Pio XII, em Novo Hamburgo/RS. O

estudo buscou pesquisar, constatar e analisar as causas e implicações destas duas categorias na qualidade de ensino. A metodologia utilizada foi de cunho quanti-qualitativo e envolveu a participação de vinte e sete docentes. Foram aplicados questionários de autoimagem e autoestima bem como o instrumento para avaliação das variáveis que constituem indicadores do bem-estar e mal-estar.

Os dados analisados constatarem aspectos significativos de bem-estar e um baixo índice de mal-estar entre os professores. No que se refere ao bem-estar, o autor mostra que os docentes sentem-se motivados na função que desempenham. Além disso, a instituição que os docentes desta pesquisa trabalhavam seleciona seus colaboradores. Estes são estimulados a desenvolver o aperfeiçoamento profissional, pois recebem reforço e acompanhamento nas suas atividades pedagógicas. Em relação ao mal-estar, o pesquisador nos mostra que, em alguns momentos, os docentes sentem necessidade de praticar atividades físicas, mas em razão da carga horária de trabalho ser relativamente alta, acabam não reservando tempo para esta prática, aumentando, assim, o índice de sedentarismo neste grupo. Outro fato importante a se considerar é que os docentes tem vontade de trabalhar no setor público, uma vez que o salário no setor privado é relativamente baixo. Em razão disso, em toda instituição há muita rotatividade, por isso, dos 27 professores, quinze está há menos de dez anos no colégio.

Outro estudo desenvolvido com esta temática é o de Batista (2007), que buscou identificar as representações sociais dos professores que atuam na rede pública de ensino municipal de Cuiabá. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a coleta de dados mediante observação e associação livre de palavras. Participaram desta pesquisa 305 docentes no ano de 2005 que atuavam em 32 unidades escolares do Ensino Fundamental. Os dados foram compostos por oito questões e processados pelo *software* EVOC.

Os resultados mostram que os professores carregam consigo os saberes trazidos pela história da docência, aqueles que supervalorizam o papel do educador, mantendo sua imagem. Diante das mudanças sociais, culturais e até econômicas, eles afirmam que o professor perdeu, em parte, o *status* social, adquirindo, em contrapartida, outras atividades e responsabilidades. Além disso, destaca-se o mal-estar como categoria central das Representações Sociais, uma vez que palavras como: sofrimento, desvalorização, dificuldade, desgastante, cansaço e estressante foram elencadas pelos professores, indicando a insatisfação destes docentes pelo trabalho.

Os resultados dos onze estudos apresentados revelam tensões diversas vivenciadas por professores do ensino fundamental em relação ao trabalho docente, tendo implicações na saúde desses profissionais. Muitos dos estudos apresentados tecem diálogos pertinentes, pois, apesar dos espaços escolares se encontrarem geograficamente distantes, existem proximidades significativas na realidade dos docentes brasileiros.

Tais constatações revelam que a maioria destes estudos apresentam os mesmos adoecimentos no professorado, bem como inquietações, insatisfações e angústias no ambiente de trabalho. É importante mencionar, também, que as causas dos adoecimentos dos professores são indicadores de que o mal-estar docente tem aumentado significativamente. Porém, observa-se que existem algumas diferenças em cada realidade representada, o que nos permite constatar uma diversidade de contextos educacionais e sociais e, portanto, desafiadores para os professores e para as pesquisas no campo educacional brasileiro.

CAPÍTULO 3 – PATOLOGIAS REPRESENTATIVAS DOS AFASTAMENTOS DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

O saber sobre o trabalho nem sempre está registrado em forma de conhecimento uma vez que é no dia-a-dia, no ambiente de trabalho, que este é produzido constantemente. Quem enfrenta as más condições de iluminação, ruído, temperatura, poeira, mobiliário improvisado, pode dizer de sua dor ou de sua alegria, dos laços de solidariedade de classe ali estabelecidos, o horário de pique, o constrangimento em pedir para ir ao banheiro, a irritação originada a partir do rigoroso controle estabelecido e a exigência de produtividade (MENDES, 1995, pg 30).

Neste capítulo serão descritas as patologias identificadas nos professores do Ensino Fundamental codificadas nos CIDs e registradas nos atestados de saúde desses profissionais. Primeiramente serão descritos o número total de professores adoecidos que solicitaram afastamento do trabalho docente e posteriormente serão caracterizadas as patologias diagnosticadas em índices estatísticos sendo destacadas as mais recorrentes.

O processo de análise o diálogo permanente com a literatura médica foi fundamental a fim de se compreender conceitualmente cada patologia e suas causas, verificando, sobretudo, as possíveis relações estatísticas entre essas e as condições de trabalho. Menciona-se, ainda, as interlocuções que foram feitas entre as considerações apreendidas dos dados desta pesquisa e outras já realizadas sobre o trabalho docente e os adoecimentos de professores. As aproximações e distanciamentos contribuíram para compreender o fenômeno estudado na sua totalidade.

Compartilhou-se, em todo o processo de análise, das considerações de Mendes (1995) em sua obra *Patologia do Trabalho*, de que a causa de uma doença não deve ser vista apenas como uma ruptura dos processos fisiológicos, ela deve ser analisada cuidadosamente a fim de encontrar informações adicionais na compreensão dos adoecimentos manifestados nos trabalhadores. Assim, considera-se importante, também, apreender os contextos, as condições de trabalho e o perfil dos trabalhadores.

3.1 – O perfil dos docentes do ensino fundamental

Partindo inicialmente da descrição do perfil do trabalhadores que atuam nas atividades do ensino fundamental, verificou-se por meio da consulta realizada no

IPREVI que no universo de 171 docentes, entre os anos de 2000 a 2011, 100% desses já apresentaram atestados de saúde que foram documentados em 1.841 registros. Um fato que chamou a atenção foi a diferença entre a quantidade de dias de afastamento dos docentes de acordo com o segmento de ensino em que atuam. Verificou-se que os professores do ensino fundamental, sujeitos desta pesquisa, totalizaram quase o dobro de atestados em relação aos do ensino médio (Tabela 5). Essa informação reforça a escolha por investigar apenas os afastamentos dos docentes do Ensino Fundamental, uma vez que o índice de atestados solicitados por estes é consideravelmente alto.

Tabela 5 – Dias relativos ao afastamento dos professores do ambiente de trabalho (2000-2011)

	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Total de professores efetivados	171	131
Total de professores que solicitaram atestados	171	84
Total de dias de afastamento do trabalho	1841	954

Fonte: Banco de dados do IPREVI.

Segundo informações da Secretaria municipal de ensino, realizada em 2013, dos 171 docentes efetivados que lecionam no Ensino Fundamental, 90% são mulheres e 90% trabalham em mais de um cargo nesse nível de ensino, seja pela Prefeitura Municipal ou concomitante com as redes particulares e/ou estaduais de ensino.

Para ampliar a compreensão desses indicadores foi pesquisado no Portal QEDu⁸, o perfil dos professores do município em que a pesquisa foi realizada e estabelecimentos de ensino em que atuam. Os dados disponibilizados neste portal possibilitaram, também, à pesquisadora, conhecimentos sobre as escolas brasileiras, sejam estas municipais e/ou estaduais bem como sua infra-estrutura física e pedagógica, o perfil dos docentes e seu público (diretores, funcionários e alunos).

Ao acessar o portal em março de 2014, pode-se constatar que 80% dos docentes brasileiros que atuaram em 2013 e 2014 no ensino fundamental são mulheres. No Estado de Minas Gerais 88% são do sexo feminino. No Município em que estes docentes atuam, este índice é de 96% estando em consonância com as informações obtidas na consulta feita ao banco de dados da Secretaria Municipal de Educação.

Ainda segundo a fonte de dados do QEDu, a faixa etária desses docentes varia entre 24 a 55 anos. Os salários das docentes variam entre R\$ 545,01 a R\$ 2.725,00,

⁸ Site de educação criado em 2011 com objetivo de possibilitar que instituições de ensino e pesquisa tivessem maior acesso e utilização de informações produzidas sobre a Prova Brasil. Neste site encontram-se informações acerca do perfil dos professores bem como dos estudantes e das escolas de todo o Brasil.

sendo que a maioria exerce outra atividade na área de educação trabalhando em mais de uma escola.

A carga horária semanal dos professores varia entre 19 a 40 horas-aula. O número de escolas em que trabalham varia entre 1 a 4 instituições e em alguns casos mais de 4. Outra informação a se destacar que existe uma considerável rotatividade, destes profissionais, tanto nos níveis de ensino, quanto nas escolas. A situação trabalhista destes docentes do município oscila entre estatutário (58%) ou prestador de serviço por contrato temporário (42%).

Outra fonte importante que complementa os dados apresentados refere-se à pesquisa realizada por Ferreira (2014) que investigou a intensificação do trabalho docente e suas implicações na saúde dos professores. A pesquisa em foco foi realizada também com professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas municipais em uma cidade interiorana de Minas Gerais.

Os dados da pesquisa de Ferreira (2014), corroboram com os dados obtidos pela pesquisadora nas fontes QEdu e no banco de dados do IPREVI, uma vez que todas as entrevistadas são do sexo feminino, e atuam, em várias instituições de ensino, em mais de um turno, permanecendo um total de aproximadamente nove horas por dia no espaço escolar. Além da jornada de trabalho em sala de aula, os professores afirmam que levam atividades escolares para suas casas, como planejamentos, preenchimento de diário, dentre outros, tendo ainda que se dedicar nas tarefas domésticas.

Esta autora ainda acrescenta que um dos fatores que as professoras entrevistadas julgaram ter intensificado o trabalho, é o aumento de 180 para 200 dias letivos. De acordo com o Parecer CNE/CEB (BRASIL, 2002), a carga horária mínima anual passa para 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos, excluindo o tempo reservado aos exames finais. Outro fator associado à intensificação como também à precarização do trabalho docente são as novas funções designadas aos professores. Um exemplo interessante a se considerar é que as aulas especializadas de Educação Física e Ensino Religioso que, a partir do ano de 2013, foram ministradas pelos próprios docentes. Sendo assim, os professores regentes de sala passam a ser os responsáveis por essas aulas, sem preparo e formação. Para as entrevistadas, o tempo destas aulas era utilizado por elas para corrigir exercícios e preparar atividades para alunos com maiores dificuldades. Dialogando sobre esta questão, apresenta-se o relato de uma professora entrevista pela autora:

O trabalho intensificou bastante. O Governo está cada dia cobrando mais e pagando menos. Por exemplo, agora saiu, no Estado né, chegou uma Resolução, que, se o eventual ou bibliotecário tirar licença, não tem substituto. E o bibliotecário, na outra escola (M), ele dá aula, ele vai pra sala e trabalha literatura, leva pra biblioteca, então alivia um pouco o professor. Mas tem hora que o professor, às vezes, a gente fica com o aluno com dificuldade. O Governo tirou a Educação Física do 1º ao 5º ano, então, só está o professor de sala de aula, sem uma ajuda. [..]. (FERREIRA, 2014, pg 21).

Outro dado que dialoga diretamente com esta pesquisa é a relação das políticas educacionais que impõe avaliações e responsabilizações destinadas às escolas e professores sem participação dos que realmente estão envolvidos no processo educacional.

Segundo Ferreira (2014), a Cartilha do SindUTE MG (2013), apresenta que a organização do currículo e o estabelecimento dos referenciais políticos pedagógicos do sistema de ensino são feitos sem a participação do professor, demonstrando a separação existente entre quem pensa as políticas educacionais e quem é obrigado a executá-las. Ainda de acordo com esta cartilha a realidade da profissão docente no Brasil é caracterizada pela desvalorização e pelo baixo salário, impondo uma jornada de trabalho exaustiva.

Constatou-se tanto em nesse estudo quanto no de Ferreira (2014) que os docentes que adoeceram eram predominantemente mulheres. Neste sentido, a variável gênero é importante a ser considerada nos estudos sobre adoecimentos em professores, na medida, em que a função docente tende, muitas vezes, nas ações educativas, a ser obscurizada pela função materna. Desta forma, apresenta-se questões que poderão ser investigadas em futuros estudos que emergem do contexto de análise. A representação da função docente pode ser influenciada pelas questões de gênero? Haveria diferenças significativas quanto à incidência maior/menor de adoecimentos entre professores do sexo feminino e masculino?

Dialogando sobre esta questão, o estudo de Chamon (2006) sobre a feminização do magistério e a formação das identidades profissionais mostra que a associação entre o ensino e o trabalho feminino tem sido considerada como um fato natural nos mais diferentes contextos e segmentos sociais.

A referida autora nos diz ainda que, com o avanço do capitalismo, é refeita a hierarquia das profissões, agregando-se valor àquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado. É instituída a educação sob a tutela do Estado

para os filhos dos trabalhadores. Nesse contexto, o magistério sofre significativos abalos, pois deixa de ter o prestígio e vai mudando de gênero, incluindo, cada vez mais, a inserção da mulher nos estabelecimentos de ensino. Esta autora ainda nos diz que:

As mulheres, detentoras de um *savoir-faire* no âmbito doméstico, com habilidades na organização e higienização de seus lares, na ordenação dos espaços e dos tempos, na disciplinarização das crianças, e ainda mais “econômicas” seriam as profissionais ideais para contribuir na construção desta nova cultura escolar e na consolidação de uma nova ordem urbana pela “boa formação de seus cidadãos”. Era preciso construir uma ética do profissional que ocuparia a escola pública elementar. A virtude seria seu mérito, e o seu papel, de um vocacionado para uma cruzada civilizatória. E essa idealização do papel do professor foi chegando às mulheres, para quem o trabalho na esfera pública surgia como uma nobre missão, uma concessão, uma extensão de sua função maternal (CHAMON, 2006, p. 12).

Assim, a inclusão das mulheres na educação foi uma estratégia política a fim de amenizar gastos nesta área e suprir as ausências masculinas neste setor que foram se transferindo significativamente para as indústrias e fábricas. Além disso, a mulher era vista como a responsável pela higiene da casa, dos filhos, pelo carinho e atenção materna, enfim, designações culturais e sociais das quais a mulher estava acostumada a desempenhar. Assim, a transferência de funções maternas do ambiente doméstico para o ambiente escolar foi culturalmente naturalizada a fim de convencer as professoras que seu papel na educação estava relacionado ao cuidar como uma grande missão. Desta forma, observa-se uma desvalorização consideravelmente antiga da professora no contexto educacional brasileiro e que permanece na atual conjuntura.

Outro fato relevante a se considerar nas discussões sobre gênero e não desprezível para inferências, nesta análise, refere-se, igualmente, às possíveis relações que podem existir entre o nível de ensino em que os docentes atuam e a recorrência menor/maior de adoecimentos.

Pode-se constatar que os docentes desse nível de ensino, diferentemente, dos do ensino médio, relacionam com o público infanto-juvenil, que dada as suas condições psicológicas de desenvolvimento, mantém uma relação de dependência sócio afetivo maior com seus professores, exigindo que estes assumam outras funções que extrapolam o campo profissional de atuação. O cuidar tende muitas vezes a sobrepor ao educar, ou seja, as ações assistencialistas podem, muitas vezes, sobrepor às

pedagógicas. Em razão disso, o professor pode exercer funções que caberiam a psicólogos, médicos, assistentes sociais desempenharem aumentando, assim, suas responsabilidades.

Assim, a partir das informações iniciais apresentadas neste estudo, por meio das informações adquiridas no portal QEdU e no estudo de Ferreira (2014), pode-se inferir que os docentes deste município podem estar em condições de trabalho intensificado e precarizado, contribuindo, assim, com o aumento significativo dos adoecimentos nestes profissionais.

3.2 – Patologias mais recorrentes nos professores que trabalham em um município da zona da mata mineira

Referindo-se às patologias identificadas nos docentes da cidade em questão, um dos principais objetivos dessa pesquisa, constatou-se 471 patologias decodificadas nos CIDs. Essas foram reunidas e categorizadas em 36 grupos de patologias considerando sua tipologia e posteriormente sua recorrência, são elas: aparelho respiratório (F 89); transtornos mentais (F 66), complicações ligas a gravidez (F 31), sistema osteomuscular (F 24), acidentes (F 16), infecção no intestino (F 14), sistema digestivo (F 13), sistema urinário (F 12), pele (F 10), transtornos dos tecidos moles (F 10), ouvido (F 10), doenças nas articulações (F 10), afecções mal definidas (F 9), disfonia (F 8), doenças da boca, glândulas salivares e dos maxilares (F 8), doenças das veias, dos vasos linfáticos (F 7), tumores (F 7), aparelho digestivo e abdômen (F 7), hipertensão (F 6), doenças no intestino (F 6), doenças bacterianas (F 6), doenças do coração (F 5), transtorno não-inflamatórios do trato genital feminino (F 5), transtorno da esclerótica, córnea, Iris e do corpo ciliar (F 4), hérnias (F 4), doenças renais túbulos- intersticiais (F 4), doenças causadas por parasitas (F 4), transtorno na vesícula biliar (F 3).

Dentre os 36 grupos, foram selecionados os que foram mais recorrentes, ou seja, que apresentaram maior índice de frequência nos registros médicos, ou seja, as quatro patologias mais representativas no universo dos 471 cid's identificados nestes profissionais (tabela 6).

Tabela 6 – Frequência das patologias mais recorrentes nos docentes

Patologias	Frequência
Aparelho e vias respiratórias	89
Transtornos mentais	66
Complicações na gravidez	31
Dorsopatias	24
Total	210

Fonte: Arquivos das fichas cadastrais dos docentes da Secretaria Municipal de Educação.

Buscando fazer uma interlocução entre as patologias apresentadas na tabela acima e os adoecimentos em trabalhadores de modo geral, Aranda (2014) verificou, que tem ocorrido um aumento significativo dos adoecimentos. A autora apresenta no iG Saúde o ranking dos dez problemas de saúde que mais afastaram os trabalhadores do serviço no ano de 2010 e resultaram em 571.042 licenças trabalhistas, uma média de 65 por hora. A lista foi produzida pela reportagem com base nos registros oficiais previdenciários, reunidos pelo Ministério da Previdência Social e são referentes às licenças trabalhistas que tiveram duração superior a 15 dias.

Problemas de saúde como dor nas costas, joelhos machucados, hérnia inguinal, depressão, mioma uterino, varizes, doença isquêmica do coração, hemorragia no início da gravidez, câncer de mama e bexiga caída foram os líderes em afastar as pessoas do trabalho, sendo que muitos destes problemas são desencadeados, também, pelas más condições de trabalho (ARANDA, 2014).

Pode-se verificar, portanto, que alguns adoecimentos nesses trabalhadores são também recorrentes nos grupos de patologias mais significativos dos docentes da pesquisa em questão, como é o caso das doenças osteomusculares, transtornos mentais e complicações relacionadas à gravidez.

O dossiê organizado por Oliveira (2009) que apresenta estudos realizados na Argentina, do Chile, do México e do Brasil sobre a relação saúde e trabalho docente relaciona o aumento dos adoecimentos nos docentes com a imposição de políticas educacionais que regulam a organização do sistema escolar tendo impactos nas atividades de ensino e na atuação dos professores. Os estudos constataram que as demandas impostas pelas políticas educacionais aos docentes os submetem a condições de intensificação e precarização do trabalho. Ao mesmo tempo em que esses vêm sendo responsabilizados pelo Estado e a sociedade pelo êxito e o fracasso do ensino. A expectativa social de excelência e impossibilidade de alcançar a tais demandas tem produzido nos professores destes países sintomas e problemas de saúde tais como: cansaço físico e mental, transtornos mentais, bronquite, cólon irritável, disfonia, tendinite, estresse, depressão, hipertensão e tendinite.

As enfermidades destacadas nos estudos dialogam com as que mais se destacaram neste estudo. Os transtornos mentais, apresentados em segundo lugar, dentre as patologias mais recorrentes listadas no Tabela 8, foram apresentados no dossiê organizado por Oliveira (2009) sendo a patologia mais frequente em mais da metade dos professores estudados, tanto nos do Chile quanto nos do Brasil. Há um destaque

para quadros de estresse e depressão. Além disso, a autora nos apresenta que, independentemente da região geográfica de onde os dados foram trazidos, os resultados são homogêneos quanto ao aumento significativo dos problemas de saúde mental bem como a forte relação entre as condições de trabalho e a saúde dos professores.

Uma reportagem exibida no dia 03 de fevereiro de 2013 pelo programa Extra-Classe da TV do sindicato dos professores do estado de Minas Gerais, no dia oito de maio de 2013, sobre as condições de trabalho e saúde docente, apresentou dados relevantes de pesquisas nacionais sobre o aumento significativo de adoecimento dos professores da Educação Básica nas últimas décadas. De acordo com a reportagem, a rotina dos professores é intensa e exige muito empenho destes, uma vez que, a preparação dos conteúdos, as correções de trabalhos e provas bem como a relação com os alunos dentro e fora da sala de aula são algumas tarefas do dia a dia dos docentes. No entanto, essa intensidade e as condições de trabalho pouco adequadas tem ocasionado alguns problemas de saúde. Este programa descreve, ainda, um estudo realizado em 2013 pelo Sindicato dos professores do estado de Minas Gerais indicando que 93 % dos professores mineiros relatam ter cansaço físico e mental, 88% alegam estar estressados e 50% informaram que já adoeceram por causa do trabalho.

A pesquisadora e professora Aparecida Nery de Sousa, da Faculdade de Educação da UNICAMP, em entrevista concedida ao programa Extra-Classe, revela informações interessantes sobre o adoecimento de professores da educação básica. Para ela, grande parte dos professores brasileiros, ao enfrentar condições desfavoráveis de trabalho, tendem a desenvolver problemas de saúde e as patologias mais identificadas nesta categoria profissional são as doenças mentais, osteomusculares e distúrbios da voz.

Para esta pesquisadora o estresse, a síndrome de burnout e o mal-estar docente. Especificamente sobre a síndrome de burnout, a professora relata que o professor, quando submetido a uma situação de intenso estresse e esgotamento mental, se distancia da realidade tornando-se passivo nos posicionamentos relacionados ao trabalho. Já o mal-estar docente é considerado pela professora como um conjunto de dificuldades e problemas vivenciados pelo professor dos quais este não consegue explicar os motivos, pois está envolvido com inúmeros problemas no trabalho que provocam sofrimento, angústia e ansiedade.

Ao apresentar um estudo feito nas décadas de 1990 e 2000 sobre as condições de trabalho e saúde docente, a pesquisadora identificou que grande parte dos problemas

que os professores enfrentam, na atividade laboral, afeta a saúde mental. Referindo-se a estas condições e seus impactos na qualidade de vida destes professores, destacam-se: baixos salários, infra-estrutura inadequada do ambiente, cansaço físico depois de uma longa jornada de trabalho, dupla jornada, falta de tempo para o lazer, gerenciamento das atividades domésticas, com os filhos e o aperfeiçoamento profissional, angústia cada vez maior gerada pelas exigências no ofício, o sistema avaliativo das escolas e dos professores e a responsabilização atribuída, exclusivamente, ao professor pelo êxito de seus alunos.

Outra profissional entrevistada por este programa é a diretora do Sindicato do Estado da Bahia, Tânia Araújo, que coordenou uma pesquisa sobre a saúde dos docentes baianos. Ela relata que, no primeiro estudo que desenvolveu, identificou-se 3 grupos de patologias relacionadas à saúde docente tais como distúrbios da voz, doenças osteomusculares e os transtornos mentais.

Face a essas considerações, observa-se que as informações apresentadas pelas pesquisadoras extraídas de estudos que desenvolveram sobre trabalho docente e adoecimentos, tecem diálogos com os dados identificados na pesquisa realizada, uma vez que os adoecimentos mais recorrentes nos professores brasileiros também são recorrentes nos docentes do referido município.

Alguns trabalhos identificados no levantamento bibliográfico da Capes no período entre 2007 a 2011 também revelam dados importantes mantendo uma interface com os dados relacionados ao estudo realizado no município, pois demonstra que todas as patologias identificadas nestes estudos também são recorrentes nos estudos da pesquisa local, mostrando, assim, que existem proximidades pertinentes entre as patologias identificadas em professores brasileiros.

Na próxima seção de análise, propõe-se apresentar uma descrição dos 4 grupos de patologias mais representativas e as doenças classificadas dentro de cada grupo, além de conceituá-las fundamentando-se no campo da Patologia do Trabalho. Acrescenta-se, ainda, às análises, interlocuções com pesquisas relacionadas ao trabalho docente e adoecimentos.

3.2.1 – Descrição das Patologias do Aparelho Respiratório

Neste tópico propõe-se caracterizar cada grupo de patologia e suas respectivas causas de acordo com a literatura do campo da *Patologia do Trabalho*, que, segundo Mendes (1995), trata-se de um campo da *Medicina do Trabalho* que busca compreender

o trabalho, seu contexto histórico e tudo que se refere na saúde do trabalhador. A terminologia "*patologia do trabalho*" é utilizada, especificamente, em relação às doenças ocupacionais, abrangendo aspectos físicos, psíquicos e ergonômicos ampliando, assim, a abordagem da saúde do trabalhador.

Dentre os quatro grupos apresentados, o das patologias relacionadas ao aparelho respiratório foi o que obteve maior frequência, totalizando 89 registros entre as enfermidades que justificaram o afastamento dos docentes das atividades de ensino. Na tabela 7 encontram-se descritas as patologias correlacionadas ao aparelho respiratório.

Tabela 7 – Caracterização das patologias relacionadas ao aparelho respiratório

Patologias	Frequência
Influenza [gripe], gripe e pneumonia	35
Doenças e infecções agudas das vias aéreas superiores	28
Doenças do aparelho respiratório	19
Doenças crônicas das vias aéreas inferiores	3
Laringite, amigdalite e traqueíte aguda	4
Outras tuberculoses do aparelho respiratório	2
Febre tifóide	1
Total	89

Fonte: Arquivos das fichas cadastrais dos docentes da Secretaria Municipal de Educação.

Referindo-se ao funcionamento do sistema respiratório, estudos da área da patologia do trabalho afirmam que esse resulta da relação entre o organismo humano com o meio ambiente. A poluição do ar nos ambientes de trabalho relaciona-se a um extenso leque de doenças que comprometem os pulmões, a boca, a faringe, as fossas nasais, a laringe, os brônquios, dentre outros. Ambientes inapropriados em que há recorrência do trabalhador à ação de agentes químicos e físicos como os gases e aerossóis, associados às predisposições genéticas do indivíduo, podem causar quadros alérgicos acometendo o sistema respiratório.

De acordo com Mendes (1995), as enfermidades do sistema respiratório mais frequentes identificadas na literatura médica são: bronquite, rinite, sinusite, asma, gripe, resfriado, faringite, enfisema pulmonar, câncer de pulmão, tuberculose e pneumonia. Para o autor em questão, os trabalhadores com doenças respiratórias queixavam-se frequentemente de um desconforto nos olhos, nariz, garganta e pulmão desencadeado por exposição a substâncias nocivas no seu ambiente de trabalho. É fato incontestável que as condições do ambiente de trabalho podem causar infecções respiratórias, rinites alérgicas e vasomotoras. Entretanto, é importante ressaltar, que a função exercida pelo

trabalhador, em geral, não diz muito sobre o risco real a que está submetido. É necessária, no diagnóstico de cada patologia, a descrição minuciosa de todos os passos e operações por ele executados, ou seja, as atividades laborais que desenvolve e as substâncias tóxicas com as quais está exposto nos ambientes de trabalho podendo provocar irritações e/ou processos alérgicos.

Direcionando o foco de atenção para os profissionais da educação bem como seu ambiente de trabalho, podemos inferir que aqueles também são susceptíveis à incidência de doenças respiratórias, uma vez que estão expostos ao pó de giz, e muitos, dependendo da localização e infra-estrutura da escola, a poeiras, umidades dentre outros fatores.

De acordo com Branco e Romariz (2006), 25% de brasileiros, num universo de quarenta cinco mil, tem problemas na laringe. É estimado que pelo menos 70% da população ativa dependem da voz profissionalmente. Entre as categorias profissionais mais atingidas destacam-se: professores, telefonistas, cantores, atores, leiloeiros, políticos, religiosos, atendentes de telemarketing e bancários. Dentre esses, os professores é o grupo mais vulnerável e propenso a desenvolver problemas vocais. A voz é, pois, uma das principais ferramentas de trabalho desses profissionais.

Nesse sentido, buscando estabelecer uma interlocução com os autores, pode-se inferir que, quanto maior o número de alunos e o tempo interrupto de atividades, sem repouso, condições de trabalho de grande parte dos nossos professores brasileiros, principalmente os da Educação Básica, mais acometida estará sua laringe e faringe. A rotina diária de trabalho, em um período extensivo, como é o caso de muitos professores que são obrigados a trabalhar em mais de um turno, como forma de compensar os salários irrisórios que recebem, aumenta a propensão destes serem acometidos por problemas de rouquidão, calos nas cordas vocais, perda da intensidade da voz, dentre outros. Diante desses sintomas, os professores ficam impossibilitados de realizar suas atividades pedagógicas, uma vez que sua comunicação se restringirá consideravelmente, sendo inevitável seu afastamento das atividades laborais para recuperação.

Um dossiê publicado pelo Sindicato dos professores de São Paulo (SINPRO) e pelo Centro de Estudos da Voz reuniu mais de 30 fonoaudiólogos do país, a fim de levantar o panorama epidemiológico sobre a voz do professor no Brasil. Este dossiê revela que os professores sofrem mais com os problemas vocais do que qualquer outro profissional da voz. Para a obtenção dos dados desse dossiê, foi aplicado para os profissionais da voz, bem como para o público em geral, um questionário composto por

questões que investigaram a frequência de problemas vocais que estejam relacionados com o uso profissional da voz, a alteração vocal passada e/ou atual que de alguma forma restringe as atividades profissionais.

Foram coletados dados de 3265 indivíduos, sendo 1651 professores da rede básica de ensino e 1614 sujeitos da população em geral (indivíduos de qualquer profissão, menos a de professor e que nunca tivessem lecionado), voluntários recrutados pelos colaboradores que aceitaram contribuir com essa investigação.

A amostra de professores foi composta predominantemente por mulheres (79,2%) e a amostra da população em geral, ou seja, de outros profissionais, foi configurada para corresponder ao grupo de docentes (68,2% de mulheres). A média de idade dos professores foi 40 anos e da população em geral foi 37 anos. Os professores relataram ter problemas de voz e relacionaram esses sintomas ao trabalho.

Esses profissionais reconhecem que um problema de voz, não resulta apenas na dificuldade na produção do som básico para a fala, podendo vir a interferir na própria habilidade de se comunicar. Assim, quando o docente tem um problema vocal, seja por conta de problemas alérgicos que o ambiente de trabalho proporciona ou pelo uso excessivo do aparelho fonador, sua comunicação fica bastante limitada, prejudicando seu rendimento e aumentando sua insatisfação profissional por conta das más condições de trabalho.

3.2.2 – Descrição dos Transtornos Mentais

O segundo grupo diagnosticado nos professores desta pesquisa foi o dos transtornos mentais, dentre os quais se destacaram: transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse, transtornos somatoformes, transtornos da personalidade, transtornos mentais psicóticos, pessoas em contato com os serviços de saúde em circunstâncias relacionadas com a reprodução (Tabela 8).

Tabela 8 – Caracterização dos Transtornos Mentais

Patologias	Frequência
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse e transtornos somatoformes	24
Transtornos do humor [afetivos]	21
Transtornos neuróticos, transtornos da personalidade e outros transtornos mentais não psicóticos	13
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa	3
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse e transtornos somatoformes + pessoas em contato com os serviços de saúde em circunstâncias relacionadas com a reprodução	1
Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse e transtornos somatoformes + transtornos dos tecidos moles	1
Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes	1
Pessoas com riscos potenciais à saúde relacionados com circunstâncias socioeconômicas e psicossociais	1
Transtornos do sistema nervoso periférico	1
Total	66

Fonte: Arquivos das fichas cadastrais dos docentes da Secretaria Municipal de Educação.

Para compreendermos conceitualmente cada um desses transtornos, foram consultadas as informações apresentadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS (2007), especificamente o CID 10 que faz referência aos transtornos mentais.

De acordo com a OMS (2007), entende-se por transtornos mentais e comportamentais as condições caracterizadas por alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor no indivíduo, e/ou por alterações do comportamento apresentadas por estes associadas à angústia expressiva e/ou deterioração do funcionamento psíquico global.

Diferentes modos de pensar e se comportar, entre diferentes culturas, podem influenciar a maneira pela qual se manifestam os Transtornos Mentais. Segundo Mendes (1995) as pesquisas científicas tem constatado que os transtornos mentais e comportamentais resultam de fatores genéticos e ambientais.

Segundo Mendes (1995) as condições de trabalho a que os profissionais são expostos vem sendo reconhecidas como importantes na patogenia⁹, no desencadeamento e na evolução de distúrbios psíquicos. As condições físicas, químicas e biológicas apresentadas pelo indivíduo em interação com os condicionantes materiais e sociais que envolvem a atividade laboral são indicadores significativos da saúde mental do trabalhador (MENDES, 1995).

⁹ Especialidade da patologia que analisa a causa e o desenvolvimento de uma doença bem como sua evolução (MENDES, 1995).

Desde antes do nascimento e por toda a vida, os genes e o meio ambiente estão envolvidos numa série de complexas interações que podem interferir na evolução dos transtornos mentais e comportamentais. Sendo assim, a análise clínica isolada, pelos profissionais da saúde, dos fatores biológicos, psicológicos e sociais no mapeamento desses transtornos, tem se constituído, em um grande obstáculo ao estudo e compreensão daqueles.

Na consulta feita pela pesquisadora ao CID, verificou-se que no grupo dos transtornos mentais, os transtornos neuróticos se apresentam classificados com maior frequência. De acordo com a OMS (2007), os transtornos neuróticos se relacionam aos transtornos fóbico-ansiosos, podendo apresentar sintomas e causas semelhantes. A ansiedade é o fator principal na compreensão de sua estrutura e manifestação. Sintomas individuais tais como palpitações ou sensações de desmaio, podem aparecer, frequentemente, associados com o medo da morte bem como na perda do autocontrole. Quadros de fobia manifestados pelos sujeitos podem desencadear, em geral, ansiedade antecipatória associada, muitas vezes, à depressão.

Os transtornos relacionados com o estresse, por sua vez, diferem de outros transtornos. Sua definição não repousa exclusivamente sobre a sintomatologia e sua evolução. O acontecimento particularmente estressante ou as circunstâncias penosas persistentes podem desencadear uma reação de estresse aguda, ou uma alteração particularmente marcante na vida do sujeito, que comporta conseqüências desagradáveis nos processos adaptativos. Esse transtorno frequentemente gera ansiedade, podendo produzir taquicardia, transpiração, ondas de calor. Os sintomas se manifestam habitualmente após a ocorrência do estímulo ou do acontecimento estressante e podendo desaparecer em curto período de tempo ou se estender.

Os transtornos somatoformes, identificados também nos CIDs, como justificativa para o afastamento dos docentes, são caracterizados essencialmente pela presença de sintomas físicos múltiplos (enxaqueca, insônia, dores musculares, dentre outros) recorrentes e variáveis no tempo, podendo se tornar flutuante ou crônico e frequentemente se associam a uma alteração do comportamento social, interpessoal e familiar. Existem variações consideráveis para a apresentação deste transtorno. No primeiro tipo, a característica essencial é uma maior fatigabilidade que ocorre após esforços mentais, freqüentemente associada a certa diminuição do desempenho profissional e da capacidade de fazer face às tarefas cotidianas.

No segundo tipo, a ênfase se dá mais em sensações de fraqueza corporal ou física e num sentimento de esgotamento após esforços mínimos, acompanhados de um sentimento de dores musculares e incapacidade para relaxar. Em ambos os tipos há habitualmente várias sensações físicas desagradáveis, tais como vertigens, cefaléias tensionais e uma impressão de instabilidade global. São comuns, além disto, inquietudes com relação a uma degradação da saúde mental e física, irritabilidade, anedonia, depressão e ansiedade menores e variáveis.

Na decodificação dos CIDs registrados nos atestados de saúde dos professores, foram identificados também os transtornos da personalidade. Esses compreendem diversos tipos de comportamento (autodestrutivo, impulsivo, rígido, doentio, sádico, tensional, dentre outros), que tendem a persistir e são a expressão característica da maneira de viver do indivíduo e de seu modo de estabelecer relações consigo e com os outros. Representam desvios extremos ou significativos das percepções, dos pensamentos, das sensações e particularmente das relações com os outros.

Dando prosseguimento à definição conceitual dos transtornos apresentados, os transtornos mentais psicóticos são caracterizados pela ocorrência aguda de sintomas psicóticos, tais como idéias delirantes, alucinações, perturbações das percepções, e por uma desorganização maciça do comportamento normal. O termo “agudo” é aqui utilizado para caracterizar o desenvolvimento crescente de um quadro clínico manifestamente patológico em duas semanas no máximo. Os tratamentos destes transtornos podem envolver o uso de medicamentos e acompanhamento terapêutico.

Nos atestados de saúde dos professores identificou-se, em alguns registros, mais de um CID na descrição dos transtornos, havendo também descrição da terminologia clínica da expressão: “pessoas em contato com os serviços de saúde em circunstâncias relacionadas com a reprodução”. Esse CID diz respeito ao uso dos serviços de saúde das docentes nos seguintes casos: anticoncepção, medidas de procriação, exame ou teste de gravidez, gravidez como achado casual, supervisão de gravidez normal, supervisão de gravidez de alto risco, rastreamento, pré-natal, resultado do parto, nascidos vivos segundo o local de nascimento e assistência e exame pós-natal.

Quais inferências poderiam ser estabelecidas entre a descrição dos sintomas que qualificam os transtornos e as condições de trabalho dos profissionais da área de ensino? Partiu-se da consideração de que o indivíduo atua em espaços e contextos sociais diversos que não se limitam ao campo profissional. Entretanto, as pesquisas desenvolvidas sobre a organização do trabalho docente (OLIVEIRA, 2004;

HYPÓLITO, 2012, dentre outros) indicam, nos discursos, práticas e contextos de atuação dos professores, que o trabalho docente está estruturado de modo que os profissionais de ensino se sintam cada dia mais sobrecarregados no desempenho das tarefas.

De acordo com Oliveira (2004), as mudanças econômicas decorrentes do sistema capitalista produziram modificações gradativas nas instituições socioeducativas, culminando na intensificação da atividade docente e, dessa forma, na reestruturação do trabalho dos professores, uma vez que a escola passou a desempenhar papel central na formação dos alunos para alcançar as novas exigências do mercado de trabalho. Consequentemente, novas demandas e funções foram destinadas às escolas e aos professores, resultando na precarização do seu trabalho.

As variadas funções atribuídas pela sociedade e Estado à escola, e esta aos professores, fazem com que estes tenham que responder a exigências que estão além de sua formação e função específica que lhe é designada, desempenhando, muitas vezes, trabalhos de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras (OLIVEIRA, 2004). Consequentemente, as precárias condições do trabalho docente podem proporcionar aos professores pouca disponibilidade de tempo para o exercício da função de educar, considerando a diversidade de habilidades e competências que lhe são demandadas. As cobranças e a excessiva responsabilização pela eficiência e produtividade nas atividades de ensino se fazem presentes diante de uma realidade educacional em crise.

Estabelecendo um diálogo com a autora, destacamos considerações feitas por Fonseca (2009) em um trabalho de pesquisa realizado com professores do ensino fundamental, no qual constatou que alguns fatores relacionados ao contexto de trabalho, têm gerado descontentamento e adoecimentos nos profissionais do ensino. Os recursos materiais insuficientes nas escolas em que trabalham e condições de trabalho desfavoráveis, incluindo a exaustiva carga horária e o salário baixo, fazem com que aqueles se sintam desvalorizados por não terem o reconhecimento pela função que desempenham.

Outro fato importante apresentado neste estudo diz respeito à mudança das funções que os professores exercem (assistente social e psicólogo), resultando em acúmulo de trabalho e, consequentemente, em adoecimento. Assim, a autora nos mostra que o acúmulo de exigências atreladas à mudança do papel do professor caminha na direção oposta da nossa sociedade, uma vez que o aumento das cobranças nos docentes

é inversamente proporcional ao reconhecimento que lhes é dado, tornando-se assim mais um fator desencadeador de mal-estar docente.

Nesse contexto, os professores não conseguem atender a estas demandas, bem como não se sentem suficientemente preparados para exercer funções profissionais para os quais não foram designados, tornando-se, muitas vezes, vulneráveis emocionalmente e sentindo-se incompetentes, frustrados e ansiosos. Esses sintomas e condutas, em situações mais agravantes, podem produzir quadros de adoecimento, levando aqueles a se afastarem das atividades docentes. As cobranças e responsabilizações excessivas vivenciadas no cotidiano da atividade docente e a incapacidade dos professores em atender a todas as demandas, face às condições precárias de trabalho e formação, representam uma incorporação subjetiva e moral das políticas regulatórias no contexto educacional, resultando no que se tem denominado *auto intensificação do trabalho docente*, mesmo que em algumas situações os docentes afirmem possuir “autonomia” (HYPÓLITO, 2012).

Assim, a adequação das escolas, do trabalho docente e do processo educativo à lógica do mercado vem produzindo condições insustentáveis de trabalho, tornando os professores mais vulneráveis aos adoecimentos físicos e/ou psíquicos. A multiplicidade de atribuições que a sociedade demanda e cobra da escola acarreta profunda sensação de mal-estar dos docentes, pois estes não conseguem alcançar, na sua totalidade, todas essas metas que lhes são designadas. Assim, Paschoalino (2008) nos mostra que:

A falta de reconhecimento mútuo entre: professores e alunos, professores e professores provocam constantes embates no cotidiano do trabalho, que repercute no mal-estar e no adoecimento do docente. Insatisfeito, frustrado no seu ideal da profissão, o professor se culpa por não conseguir atingir o seu propósito no trabalho (PASCHOALINO, 2008, p. 1).

Em estudos realizados com professores, Mariano e Muniz (2006) argumentam que as pressões vivenciadas pelos docentes têm acarretado danos em sua saúde. Dentre os vários sintomas identificados destacam-se, também, os transtornos mentais que geram esgotamento físico e emocional. Nesse sentido, Gasparini et al. (2005) consideram que:

O mundo do trabalho em tempos contemporâneos tem sido objeto de intensos debates e reflexões quanto à qualidade de vida e à saúde mental do trabalhador de modo geral. As exigências, as novas habilidades e competências, aliadas à

competitividade no mercado de trabalho, sem dúvida podem ser entendidas como um processo que desencadeia uma série de desequilíbrios na saúde mental dos trabalhadores. Situando os trabalhadores da educação, essas problemáticas se complexificam na medida em que as condições de trabalho em que estes profissionais são submetidos têm provocado um aumento significativo no nível de estresse dos professores, levando-os à desistência do trabalho (GASPARINI et al., 2005, p. 8).

O estudo realizado por Petroni (2007) nos mostra que os docentes manifestam certo nível de mal-estar por meio de expressões verbais e corporais, uma vez que demonstram insatisfação com a profissão e com o modo como são desvalorizados pelos segmentos sociais aos quais estão vinculados, como também a tecnoburocracia responsável pela gestão educacional pública. Neste contexto, há uma ênfase na relação professor-aluno. Em seu estudo, a autora verificou que os professores encontram-se expostos a fatores de riscos, tais como: lidar com as diversidades socioeconômicas dos alunos, enfrentar as mudanças nas políticas públicas, como a implementação e o gerenciamento de novos modelos de avaliação, gerenciar os recursos e o tempo para os planejamentos, execução e avaliação dos processos de aprendizagem e de ensino.

Sampaio (2008) verificou, também em sua pesquisa, que as cobranças constantes por parte da gestão escolar deixam os docentes angustiados, uma vez que a designação de funções, muitas vezes menos importantes que a pedagógica, é imposta fazendo com que os docentes não tenham autonomia nas atividades de ensino, transformando-se em verdadeiros executores de tarefas. Os sujeitos da pesquisa relatam suas dificuldades nas relações interpessoais no trabalho como uma das principais fontes de estresse.

Barroso (2008) nos mostra, em sua pesquisa, que o estado emocional em decorrência das demandas do trabalho, associado aos problemas pessoais, leva as professoras a desenvolverem um processo de adoecimento. As entrevistas deste estudo relatam que estas não percebem que vão adoecendo gradativamente, começando a desenvolver sensações de desânimo que culminam, muitas vezes, na desistência pela docência. Estas professoras ainda revelam que jamais desejaram usar medicamentos psiquiátricos, mas nas situações de crise são obrigadas a recorrê-los a fim de permanecerem no trabalho. Estas vêem a importância de todos os professores terem acompanhamento psicológico e terapêutico a fim de amenizar ou prevenir os adoecimentos mais elevados que resultam em fortes crises e acabam interferindo em seu trabalho.

Rodrigues (2009) acrescenta que o contexto educacional contribui para o desencadeamento do sofrimento psíquico e físico, sendo oriundos de inúmeros fatores. Entre estes, destacam-se questões relacionadas à saúde/trabalho, considerados pontos fundamentais para surgir o desgaste, estresse provocados pela intensa jornada de trabalho, perda da autoridade do professor, perda da posição social da profissão, indisciplina e violência escolar.

No intuito de verificar se os professores possuem alguma doença que pode estar relacionada com seu trabalho, Ferreira (2014), verificou nos depoimentos das professoras que todas já tiveram problemas sérios de saúde em algum momento da carreira. Algumas relataram que no momento estavam tomando medicamentos controlados, seja para a diminuição de dores crônicas no estômago, para aliviar a ansiedade ou para dormir:

Eu tenho um problema que eu tenho que tomar remédio. Eu tenho uma queimação no estômago muito forte, aí eu tomo omeprazol... então, eu faço acompanhamento muito rígido. Eu tento cuidar da minha saúde... Eu já trabalhei em outra escola municipal, peguei 2 meses de contrato. Quando me falaram que era 2º ano fiquei muito feliz, mas foi totalmente diferente do que eu imaginava, tanto, que afetou meu emocional, porque eu travei minha coluna... o médico falou que era emocional, de trabalho, aí ele me deu 30 dias de atestado. Até agredida eu fui. Nunca havia passado por isso. Turma do 2º ano, crianças totalmente indisciplinadas, violentas. Se me oferecessem para pegar contrato de ano inteiro nessa escola eu não pegava (FERREIRA, 2014, p. 25).

Assim, é importante acrescentar que, muitas vezes, o docente apresenta uma diversidade de sintomas físicos que tendem a estar relacionados com a saúde mental, pois como observamos na entrevista da pesquisadora Aparecida Nery de Sousa, o mal-estar docente é considerado como um conjunto de dificuldades e problemas de saúde vivenciados pelo professor, para os quais não se consegue explicar os motivos, pois está envolvido com inúmeros problemas no trabalho que provocam sofrimento, angústia, ansiedade, dores físicas, ou seja, um conjunto de distúrbios mentais.

3.2.3 – Descrição das patologias relacionadas à gravidez e suas relações com o ambiente de trabalho

Referindo-se ao terceiro grupo de patologias mais frequentes, identificamos entre as docentes desta pesquisa patologias relacionadas a complicações na gestação de diversas ordens (Tabela 9).

Tabela 9 – Patologias relacionadas à gravidez

Patologias	Frequência
Complicações ligadas principalmente à gravidez	17
Toxemia gravídica	3
Gravidez terminando por aborto	5
Transtornos não inflamatórios do ovário, da trompa de Falópio e do ligamento largo	1
Doença hemolítica do feto ou do recém-nascido	1
Outros transtornos maternos relacionados predominantemente com a gravidez	1
Ameaça de aborto	1
Complicações do puerpério	1
Hemorragia na gravidez e no parto	1
Total	31

Fonte: arquivos das fichas cadastrais dos docentes da Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com Mendes (1995), o ambiente de trabalho tem sido reconhecido como um local que pode oferecer riscos à saúde dos trabalhadores, sendo estendido à saúde reprodutiva e à gestação, podendo causar danos ao feto em desenvolvimento. Tem sido demonstrado claramente que diversos agentes químicos, físicos e biológicos podem prejudicar o processo reprodutivo em. Dentre os riscos potenciais relacionados ao local de trabalho pode-se destacar: riscos físicos (lugares escorregadios), estresse ergonômico e psicológico (mesas e cadeiras desalinhadas ao peso e altura das gestantes podendo causar dores musculares, insônia e mal-estar), agentes químicos (produtos tóxicos que podem causar alergias respiratórias e cutâneas).

Segundo este autor, a maioria dos estudos ocupacionais sobre abortamentos espontâneos está dirigida ao problema das exposições maternas. Em sua obra *Patologia do Trabalho*, ele apresenta que as mulheres que exercem uma atividade profissional podem estar mais susceptíveis em apresentar abortamentos espontâneos.

Apesar de não se identificar pesquisas que abordem a relação trabalho docente e complicações relacionadas à gravidez, identificou-se alguns estudos que apresentam o aumento da existência de riscos potenciais à reprodução relacionada ao trabalho. Freitas (2008) apresenta informações relevantes para compreendermos a relação entre o trabalho e as doenças relacionadas à gravidez. Esta autora diz que todas as modificações anatômicas e fisiológicas trazem desconforto à mulher gestante, embora sejam consideradas normais na gravidez sadia. Quando estes desconfortos somam-se a algumas atividades de trabalho tais como jornadas intensas, movimentos repetitivos sem repouso, uso inadequado dos equipamentos, utensílios e mobiliários utilizados e

componentes químicos que causam alergias, aumentam-se os riscos que comprometem a saúde da trabalhadora gestante.

Freitas (2008), em sua pesquisa sobre a Ergonomia no Período Gravídico e Puerperal, referencia a *Occupational Health Clinics For Ontário Workers Inc* e mostra que existem alguns riscos à gestante, ligados às atividades do trabalho, tais como: ficar de pé por mais de 3 horas por dia; trabalhar em alguma máquina industrial, principalmente se ela vibra muito ou que seu funcionamento exija um grande esforço físico; executar tarefas difíceis, como levantar pesos, empurrar ou puxar objetos grandes ou grandes trabalhos de limpeza; executar tarefas repetitivas; estar sujeita a fatores ambientais, como níveis de ruídos elevados e altas temperaturas; trabalhar em jornadas longas; estar exposta a doenças transmissíveis e infecciosas; estar exposta a substâncias químicas e tóxicas.

A autora ainda mostra que muitos trabalhos são desenvolvidos na postura estática em pé ou sentada por longos períodos, sem que haja uma rotatividade, o que gera uma sobrecarga circulatória e dores nos membros inferiores. Na gestante há um agravante, pois há dificuldade de retorno venoso causado pelo aumento de peso, edema, pelo número de vasos e tamanho do calibre aumentado dos mesmos. Outro fator que é necessário considerar é que, na maioria dos trabalhos, os profissionais tendem a utilizar mais o membro superior, cabeça e tronco. Assim, a inclinação do corpo, para o desenvolvimento de determinadas tarefas poderá sobrecarregar os músculos, tendões e articulações para o desenvolvimento das tarefas.

Em se tratando da trabalhadora ser gestante deve-se considerar também o peso extra, adquirido em função da gravidez. Além disso, atividades que exijam movimentos como inclinar ou curvar seu tronco são dificultadas pelo volume do abdome, afetando sua respiração e gerando tensão muscular. Estas, terão, portanto, uma sobrecarga muscular e respiratória, o que poderá provocar dor ou início de uma lesão, principalmente se levar em conta que há um aumento, considerado normal, até o final da gestação de aproximadamente 9 a 12 kg no organismo materno. Essa mudança na estrutura corporal da mulher, acarreta dores principalmente nas costas, devido à alteração da postura, dor no baixo ventre, devido ao aumento do útero e dores nos membros inferiores e aparecimento de varizes (FREITAS, 2008).

Um fato preocupante, segundo a pesquisadora é que as gestantes, muitas vezes, não mencionam seu local de trabalho ao seu obstetra, como também não relatam as queixas de desconfortos, pois tem medo das orientações médicas para troca de função

ocupacional ou perda de seu emprego, caso apresente atestados ou recomendações médicas ao seu empregador.

Vários aspectos já mencionados nos estudos anteriores também são relatados por Fiewski (2002), porém, este acrescenta ainda problemas cardíacos que podem ser acentuados na gestante pelo aumento do volume sanguíneo e pela posição adotada na atividade, que aumenta o débito cardíaco e diminui a oxigenação dos tecidos.

O Ministério da Saúde (2001), após extensivas investigações sobre óbito materno e infantil, tem reforçado sua atenção aos cuidados do pré-natal, parto e puerpério, como forma de minimizar estes agravos. Os fatores de riscos na avaliação da gestante estão vinculados à história de saúde da mesma e de seus familiares, às condições sociais e ambientais, biológicas, genéticas, obstétricas e clínicas, ou seja, no atendimento às gestantes, devem ser investigados todos estes itens.

Nas discussões apresentadas pelos autores referenciados, observamos uma relação existente entre os riscos de comprometimento à saúde gestacional e as atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho. Dentre estas, podemos listar: movimentos repetitivos, jornadas extensas e permanência numa posição por muito tempo (em pé ou sentada), condições a que se encontram submetidas grande parte das professoras no contexto educacional brasileiro, diante dos processos de precarização e intensificação do trabalho.

3.2.4 – Descrição das patologias do sistema osteomuscular

Além dos quadros de doenças respiratórias, transtornos mentais e doenças relacionadas com a reprodução, outro grande motivo de adoecimento nos professores do Ensino Fundamental são os problemas ergonômicos de ordem musculoesquelética. Na Tabela 10 encontram-se citadas as patologias mais recorrentes correlacionadas ao sistema osteomuscular.

Tabela 10 – Caracterização das patologias do sistema osteomuscular

Patologias	Frequência
Dorsopatias	17
Dorsalgia	3
Cervicalgia	1
Sinovite e tenossinovite	1
Outros transtornos do dorso e os não especificados.	1
Outros transtornos de região cervical.	1
Total	24

Fonte: arquivos das fichas cadastrais dos docentes da Secretaria Municipal de Educação.

A incapacidade de trabalhar, causada pelas dores originárias de todo segmento da coluna vertebral, cervical, dorsal e lombar, é uma constatação frequente em várias especialidades e serviços de atenção à saúde do trabalhador (MENDES, 1995).

Segundo o autor, tem sido recorrente, em trabalhadores que exercem atividades repetitivas, lesões por esforços repetitivos (LER), sendo estes distúrbios de origem ocupacional que atingem os dedos, punhos, antebraços, cotovelos, braços, ombros, pescoço e regiões escapulares. Estes tendem a ocasionar, muitas vezes, desgaste muscular, tendinoso, articular e neurológico provocado pela inadequação do trabalho. A imposição do ritmo de trabalho, envolvendo a exigência de movimentos repetitivos, tem sido uma prática comum nas empresas que controlam o desempenho dos trabalhadores compensando-os com prêmios por produtividade. Desta forma, visando atingir metas, muitos trabalhadores recalcam sintomas e dores musculares.

Mendes (1995) ainda apresenta que a fadiga muscular, estresse mecânico sobre a cartilagem, os movimentos repetitivos e as contrações dinâmicas musculares contínuas transferem o fluxo sanguíneo das inserções para os músculos, levando a isquemia local, que pode se manifestar através de dor difusa, cansaço e desconforto nos membros superiores e região cervical.

Diante destas constatações, deve ser assegurado a todo trabalhador o direito a uma jornada de trabalho que seja compatível com o ritmo do corpo. Outro aspecto da organização do trabalho é o conteúdo da tarefa que deve atender à necessidade de responder aos desafios e expressar a criatividade. Entretanto, os trabalhadores freqüentemente realizam no seu cotidiano uma tarefa excessivamente simplificada e repetitiva, o que contrasta com o potencial criativo do ser humano. As pausas são importantes a fim de evitar a sobrecarga musculoesquelética e a fadiga mental, freqüentemente expressa através de irritabilidade, queixas inespecíficas e dificuldade

para memorização, raciocínio e leitura. O posto de trabalho deve ser projetado de forma a permitir liberdade de movimentos e conforto para o trabalhador. Mesas, cadeiras e bancas improvisadas sobrecarregam a musculatura, geralmente esforço estático e dinâmico, responsáveis pelas queixas de dores no dorso, região cervical, membros superiores e inferiores (MENDES, 1995).

Especificamente, em relação aos professores, é fato incontestável que muitos docentes desenvolvem seu trabalho por um tempo prolongado, em pé, em várias jornadas de trabalho sem descanso, gerando, assim, sobrecarga na coluna e fadiga na musculatura além de movimentos repetitivos dos membros superiores ao utilizar o quadro (escrever no quadro em ângulo superior a 90 graus) e na correção de atividades avaliativas. Este ambiente inadequado pode gerar dores musculares crônicas nestes profissionais e, em longo prazo, produzir um aumento significativo de doenças musculoesqueléticas que, em níveis mais agravados, podem levar ao afastamento dos docentes do trabalho por longo período.

O mobiliário das salas de aula e sua disposição não se aplicam aos princípios ergonômicos que visam qualidade de adaptação do ambiente de trabalho, proporcionando uma eficaz utilização e evitando um esforço extremo do trabalhador na execução de suas tarefas.

Remetendo novamente ao portal QEDu, é importante ressaltar que, em relação a jornada de atividades dos docentes do município em questão, a maioria trabalha em mais de um turno visando aumentar a renda mensal, considerando os baixos salários que esta categoria profissional recebe, podendo gerar um desgaste do sistema osteomuscular. Ainda apresenta-se que a infra-estrutura das escolas do referido município necessita de maiores investimentos. Desta forma, pode-se considerar que o ambiente de trabalho destes docentes carece de maiores investimentos, seja na ampliação e construção de espaços que ainda não existem, bem como na infraestrutura mobiliária.

Retomando ao estudo de Ferreira (2014), cujos sujeitos de sua pesquisa também foram docentes do ensino fundamental do mesmo município, é importante mencionar que o final de ano é a época que estes mais adoecem, por causa da sobrecarga de trabalho. Dores nas pernas, LER, estresse e ansiedade são algumas queixas relatadas pelas docentes entrevistadas:

Eu sinto... sentia uma dor muito grande nas pernas, por ficar muito tempo em pé... um queimor na planta dos pés. Fiz até muita fisioterapia, porque eu tinha muita dor na planta do pé. É o número de horas que você fica em pé... professor não dá pra ficar sentado. Também já tive início de LER, por escrever no quadro. E como final de ano fica todo mundo muito estressado né... depressão nunca tive não, mas ansiedade sim. Na escola é muita pressão que a gente passa. Pode olhar aí qual professor que não é ansioso. Todos são. (FERREIRA, 2014, p. 28).

Alguns estudos da Capes apresentam, também, informações importantes acerca das doenças do sistema osteomuscular em professores do Ensino Fundamental. É o caso do trabalho de Barroso (2008), que mostra que as dores musculares também são recorrentes nos docentes que participaram de sua pesquisa e, à medida que este quadro se agrava, o uso dos medicamentos é essencial. Segundo a autora, as condições de trabalho vêm se tornando precárias, produzindo desconfortos, como dores que se instalam por todo o corpo, associadas à forte carga emocional demandada pelo trabalho.

A pesquisa de Rodrigues (2009), realizada com professores do sistema de ensino municipal de Vitória da Conquista – BA, demonstra que os professores analisados desenvolveram suas atividades em mais de dois turnos com diferentes turmas, acumulando atividades que ultrapassam 40 horas semanais. Esta sobrecarga de tarefas resultou em sintomas de mal-estar desencadeados pelo ritmo frenético de trabalho repetitivo, sendo necessário o esforço físico, ultrapassando, muitas vezes, o limite tolerável por estes profissionais.

Os dados apresentados encaminham para o entendimento que as condições de trabalho docente, especificamente no que se refere às exaustivas jornadas de trabalho, às exigências de movimentos padronizados e repetitivos ao estresse emocional, podem contribuir no surgimento de patologias relacionadas ao sistema osteomuscular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo sobre trabalho docente e adoecimentos de professores do Ensino Fundamental, apresentam-se algumas considerações finais dos resultados. Como foi visto nos capítulos anteriores, foi mostrado na primeira parte desta dissertação a experiência profissional da pesquisadora na área de educação e seu vínculo com o objeto de estudo, buscando interfaces com pesquisas já realizadas sobre o campo de estudo. Na segunda parte foi descrita a metodologia e os procedimentos recorrentes. É importante destacar que esta dissertação consistiu em uma pesquisa documental, não havendo a participação direta dos professores. Já na terceira parte desse estudo foram traçados diálogos com a literatura científica, envolvendo reflexões pontuais sobre o trabalho e suas transformações históricas, a reestruturação da economia, as reformas educacionais da década de 1990 e seus impactos na organização do Trabalho Docente. Houve uma preocupação também de se fazer um levantamento sobre pesquisas já realizadas, tendo como uma das fontes principais o banco de teses da Capes.

Por se tratar de uma pesquisa sobre os adoecimentos de professores, a literatura mostrou que esses podem estar condicionados tanto à influência de fatores genéticos quanto ambientais (MENDES, 1995). Nesse sentido, é importante mencionar que não foram menosprezadas as condições de trabalho às quais os professores se encontram submetidos. Embora a proposição deste estudo tenha sido de natureza documental, este pode posteriormente ser enriquecido com estudos que utilizem entrevistas e observações participantes.

Na quarta parte desse trabalho foram apresentados os resultados da pesquisa. Em síntese concluiu-se que 100% dos docentes do município, ou seja, 171, do Ensino Fundamental, já solicitaram afastamentos das atividades de ensino respaldados por atestados médicos. Esse é um fato preocupante e nos faz refletir sobre as condições de trabalho às quais esses profissionais estão submetidos e sua relação com a incidência de adoecimentos. As doenças codificadas nos CID's foram de diversas ordens e totalizaram em 471. As mais representativas e recorrentes foram as do sistema respiratório, transtornos mentais, complicações ligadas à gravidez e do sistema osteomuscular.

Dentre essas, em ordem de maior frequência/ocorrência, destacam-se as do sistema respiratório. É importante ressaltar que o ambiente de trabalho é um dos fatores determinantes para a ocorrência de problemas respiratórios (MENDES, 1995). Sendo

assim, as precárias condições nos estabelecimentos de ensino, (ambientes com poeira, pó de giz, dentre outros), comprometerão o sistema respiratório dos professores como também dos outros funcionários e das crianças. Assim, é importante destacar que os órgãos responsáveis façam uma fiscalização da infra-estrutura de seus estabelecimentos de ensino do município investigado, de modo a verificar se o ambiente de trabalho tem oferecido riscos respiratórios a seus docentes.

Dentre as patologias relacionadas ao sistema e aparelho respiratório identificaram-se patologias relacionadas à laringe. Pesquisas realizadas apontam que 70% da população ativa dependem da voz profissionalmente (BRANCO e ROMARIZ, 2006). No que se refere, especificamente, aos profissionais do ensino, verificou-se que estes são os profissionais mais susceptíveis a comprometimentos da voz, considerando que esta é o seu principal instrumento de trabalho. Fica caracterizado, portanto, a estreita relação entre a atividade profissional exercida e a evidência do surgimento de patologias específicas.

Verificou-se em fontes documentais, que 96% dos professores deste município trabalha em mais de um turno, e em alguns casos em até três (FERREIRA, 2014 e Portal QEdu). Em face deste contexto, estes fazem uso intensivo e abusivo da voz, podendo acarretar distúrbios como disfonia, rouquidão, calos nas pregas vocais, dentre outros.

O transtorno mental se apresentou como a segunda patologia mais recorrente entre os docentes do município. Em outras pesquisas consultadas (FONSECA, 2009; MENDES, 2011; SAMPAIO, 2008; RODRIGUES, 2009; BARROSO, 2008; BATISTA, 2007) esta patologia também é expressiva e pode ter relação com a intensificação do trabalho.

Os estudos ressaltaram aspectos que podem contribuir no aumento dos adoecimentos físicos e psíquicos dos professores, causando assim impactos significativos na qualidade de vida e no trabalho destes. Dentre esses aspectos, destacam-se: a) culpabilização e responsabilização atribuída aos professores, exclusivamente aos professores, pelo fracasso escolar dos alunos, b) incumbência de diversas funções a estes que extrapolam as relacionadas à sua formação e reais condições de desempenho, c) perda de legitimidade e autoridade destes profissionais no planejamento pedagógico, nas avaliações dos alunos e na disciplina em sala de aula, dentre outros. Somam-se a este contexto, os baixos salários, que podem levar muitos

professores ao aumento da jornada de trabalho e, conseqüentemente, ao cansaço físico e mental.

No que se refere às patologias relacionadas à gravidez, pode-se concluir que houve, também, uma incidência expressiva nas professoras do município. Os estudos no campo da *Patologia do Trabalho* foram esclarecedores nas possíveis relações entre essas patologias e as condições de trabalho, que uma vez inadequadas podem comprometer a saúde da gestante e do feto. As pressões em que as trabalhadoras estão submetidas, relacionadas à exigência de produtividade/resultados, podem elevar o nível de estresse e, assim, aumentar os riscos de abortos (MENDES, 1995). Em relação aos profissionais do ensino, é fato que estes estão submetidos a um contexto de excessivas cobranças e responsabilizações, intensificadas ainda mais pelas avaliações externas.

As doenças osteomusculares foram identificadas em quarto lugar no referido estudo. Estas podem surgir devido ao excesso de peso, além de posturas inadequadas, movimentos repetitivos em períodos prolongados e também nas condições que o ambiente de trabalho muitas vezes proporciona (MENDES, 1995). Os professores estão susceptíveis a desenvolver estas patologias com maior frequência visto que desenvolvem, muitas vezes, tarefas que demandam maior esforço físico, uma vez que ficam muito tempo em pé, sobrecarregando os membros superiores e inferiores, além de repetirem, ao longo do dia, movimentos que fazem parte de sua rotina de trabalho.

Os professores tendem a se sentir sobrecarregados e, ao mesmo tempo, “inseguros” por não alcançarem os resultados e metas demandadas, além de também frustrados por não se realizarem profissionalmente (MENDES, 2011; RODRIGUES, 2009). Quadros sintomáticos podem se tornar recorrentes, como ansiedade, irritabilidade, depressão, estresse, insônia, enxaqueca, tensões musculares e fadiga. Uma das patologias diagnosticadas com maior frequência entre os professores é a psiquiátrica, o que permite aferir-se que a saúde mental destes profissionais requer uma atenção especial (RODRIGUES, 2009).

Os dados do Portal QEdú, do estudo de Ferreira (2014) e o presente estudo mostram que a maioria dos docentes que lecionam no ensino fundamental deste município são mulheres e estas, muitas vezes, ficam sobrecarregadas em razão do acúmulo de turnos, das exigências de trabalho, intensificação e precarização. Conseqüentemente são obrigadas a levar tarefas escolares para o ambiente familiar, tendo que conciliá-las com outras funções. Tendo em vista esta realidade, duas questões merecem atenção especial em relação às políticas educacionais. A primeira é a

necessidade de maiores investimentos em profissionais de áreas afins, relacionadas à educação, preservando, assim, os docentes de funções que não são as específicas de sua formação profissional e a segunda é a valorização do trabalho docente, incluindo melhor remuneração aos professores, melhores condições no ambiente de trabalho e maior valorização profissional.

A realização deste estudo foi relevante, uma vez que revelou um número significativo de adoecimentos nos professores do ensino fundamental, e assim permite destacar a importância em socializá-lo aos órgãos públicos do referido município, a fim de apresentar seus resultados e desta forma, despertar o interesse dos grupos sindicais em conjunto com os representantes políticos desta cidade na implementação de melhores condições de trabalho para estes profissionais a fim de amenizar estas patologias identificadas, resultando no bem-estar destes profissionais.

Modificar este quadro implicaria num processo de reestruturação da instituição escolar no plano político e social, em longo prazo. Entretanto, é possível desenvolver ações que amenizem o alto índice de adoecimento dos professores? Acredita-se que essas mudanças exigirão, inicialmente, uma tomada de consciência dos professores acerca das suas condições de trabalho, bem como dos órgãos municipais dos quais fazem parte. A organização de espaços coletivos é de fundamental importância não apenas para o desempenho de tarefas, conselhos de classe, mas, também, na criação de ambientes empáticos que favoreçam trocas de experiências entre os pares, envolvendo a verbalização de sentimentos no que concerne a percepção de “ser professor”.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. e ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, vol.25, No. 87, p.335-351. 2004
- ANTUNES, R. Os dilemas do trabalho no limiar do século 21. **Cult**, São Paulo, ed. 139, set. 2009.
- ALBARNOZ, S. O trabalho na balança dos valores. **Cult**, São Paulo, ed. 139, set. 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 147-178.
- ARANDA, F. As dez doenças que mais afastam as pessoas do trabalho. **IG Saúde**, São Paulo. Disponível em: <http://saude.ig.com.br/minhasaude/as/dez/doencas+que+mais+afastam+as+pessoas+d+o+trabalho/n1238166888474.html>; Acesso em: março 2014.
- ASSUNÇÃO, A; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde os professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, mai./ago. 2009.
- BARBOSA-BRANCO, A.; ROMARIZ, M. S. Doenças das cordas vocais e sua relação com o trabalho. **Comum. Ciênc. Saúde**. 17(1): p. 37-45, 2006.
- BARROSO, B. O. **Para além do sofrimento: uma possibilidade de compreensão do mal-estar docente**. Brasília, 2008. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação.
- BATISTA, C. M. P. **As Representações Sociais de Professores do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal, em Cuiabá, acerca das suas Atividades Docentes**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2007.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bemestar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 38**, 2002. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0038.pdf Acesso em: 04 dez. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação**. Ed. Vozes, Petrópolis - RJ, 1999.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério ea (con) formação das identidades profissionais. In: VI Seminário Redestrado – Regulação Educacional e Trabalho Docente, 06 e 07 de novembro, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_d_e_feminizacao.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. 5 ed. ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DINIZ, M. De que sofrem as mulheres-professoras? In: LOPES, E. M. T. (Org.). **A psicanálise escuta a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 195-223.

DOURADO, L. F. Políticas educacionais e gestão da educação básica sob a ótica docente. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 285-298.

DUARTE, A.; FERREIRA, E. B. Política e gestão educacional: uma análise de dos dados da pesquisa “Trabalho docente na educação básica no Brasil”. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 231-257.

DUARTE, A. M. C. Intensificação do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 170p.

FERREIRA, V. R. **Intensificação do Trabalho Docente e suas Implicações na Saúde dos Professores**. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG. 2014.

FIEWSKI, M. F. C. **Trabalho Feminino Industrial e Gravidez: Avaliação dos fatores de risco e seus impactos à saúde e ao processo de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FONSÊCA, A. C. E. A. **Contribuições da psicanálise a uma leitura do mal-estar docente na rede municipal do ensino de Olinda**. Recife, 2009. 145 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Orientadora: Prof^a Dra Jaileila de Araújo Santos.

FREITAS, R. S. **Considerações Ergonômicas no Período Gravídico e Puerperal**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.189-199, maio/ago. 2005.

GENTILI, P. (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 20-68.

HYPÓLITO, A. M. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 211-230.

KEHL, U. **Bem-Estar e Mal-Estar no Colégio Marista Pio XII: Uma Realidade Evidenciada**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MANCIBO, D. Agenda de Pesquisa e Opções Teórico-metodológicas nas Investigações sobre Trabalho Docente. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007.

MARIANO, M. S. S; MUNIZ, H. P. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.76-88, 2006.

MARQUES, S. N. **Formação de professores felizes: evitando a Síndrome de Burnout**. Maringá, 2007. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.118, p. 89-117, mar. 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000100005&script=sci_abstract>. Acesso: 30 mar. 2013.

MENDES, A. R. **Saúde docente: uma realidade detectada - em direção ao bem-estar e a realização profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2011. 117 p.

MENDES, R. **Patologia do Trabalho**. São Paulo: Atheneu, 1995. 643 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A. & ASSUNÇÃO, A. A. (Org.). Saúde e trabalho docente: articulação imprescindível. **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 343-348, maio/ago, 2009.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C. & VIEIRA, L. M. F. **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente (CD-ROM)**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

OLIVEIRA, J. F.; MAUÉS, O. C. A formação docente no Brasil: cenários de mudança, políticas e processos de debate. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 63-90.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 10 ed. rev. 1200 p. 2007.

PASCHOALINO, J. B. Q. O professor adoecido entre o absenteísmo e o presenteísmo. In: SEMINÁRIO DA REDESTRADO – NUEVA REGULACIONES EM AMÉRICA LATINA, 7., 2008, Buenos Aires. **Resumos...** Buenos Aires: Faculdade de Filosofia y Letras, Universidad de Buenos Aires, jul. 2008. p. 134-134.

PETRONI, E. T. S. **Perfil pessoal e profissional de professores do ensino fundamental e médio: uma investigação com profissionais pertencentes à diretoria do ensino de Jaú- SP**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2007. 106 p.

Portal QEDU. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: jan. 2014.

ROBALINO, M. A saúde e o trabalho docente: um desafio para as políticas públicas da educação. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (Orgs.) **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 371-398.

RODRIGUES, J. A. **O mal-estar docente: trabalho, saúde e educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba, 2009. 153 p.

SAMPAIO, A. A. **Programa de Apoio ao Bem-Estar Docente: Construção Profissional e Cuidar de si**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 2.442**, Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.mg.gov.br/images.d.ocumentos/2442-13-r.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

SILVA, R. de M. S. **O Mal-Estar Docente: Um Estudo da Psicodinâmica do Trabalho a partir de Relatos de Professores do Ensino Fundamental do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. 1/3 da jornada do (a) professor (a) para hora-atividade é legal é essencial para uma educação de qualidade. **Cartilha**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.sindutemg.org.br/novosite/files/29-08-cadernotexto.pdf>> Acesso em: 31 dez. 2013.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO - SINPRO. A Voz do Professor: aspectos do sofrimento vocal profissional. **Publicações Especiais do SINPRO-SP** Disponível em: <http://www.sinprosp.org.br/arquivos/voz/voz_digital.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

SOLDATELLI, R. **O Processo de Adoecimento dos Professores do Ensino Fundamental de Florianópolis e suas Possibilidades de Resistência a esse Processo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

ANEXOS

Viçosa, 11 de junho de 2012.

Ao Secretário Administrativo da Prefeitura Municipal de Viçosa
Ronaldo César Santana,

Ronaldo César Santana
Ronaldo César Santana
Secretário Administrativo
Prefeitura Municipal de Viçosa

Prezado Secretário,

Sou aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal e estarei desenvolvendo uma pesquisa sobre os motivos pelos quais os professores, da rede pública de ensino, se afastam, temporariamente ou definitivamente, de suas atividades profissionais. Este trabalho vem sendo orientado pela professora Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva.

A primeira etapa dessa pesquisa consiste em fazer um estudo exploratório visando identificar as reais condições de sua efetivação e os possíveis percursos a serem seguidos.

Fui informada de que o docente quando se afasta da atividade profissional, o faz a partir de uma orientação prescrita por um profissional da área de saúde, mediante um atestado médico. Neste sentido, necessito de me informar como esse documento (atestado) é arquivado e qual a disponibilidade de consulta a esses para fins de uma pesquisa. Temos uma preocupação ética em preservar o nome dos pacientes, o que estamos interessados é no CID 10 que classifica os tipos de adoecimentos.

O projeto de pesquisa que iremos desenvolver será submetido ao Comitê de Ética da UFV. Para o aprimoramento desse projeto, no que se refere aos procedimentos metodológicos, necessitamos de algumas informações prévias.

Foram entregues duas cartas solicitando o acesso aos registros de afastamento dos profissionais da Educação que se encontram arquivados no IPREV como também na Prefeitura Municipal de Viçosa. O diretor Luis Andrade do IPREV e o chefe de Departamento De Pessoal da Prefeitura Valdinei da Silva Araújo autorizaram o levantamento solicitado. Porém, gostaríamos de formalizar o pedido ao senhor já que a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Viçosa está vinculada tanto ao Departamento De Pessoal da Prefeitura quanto ao IPREV.

Agradecemos sua atenção, na certeza de que sua contribuição será muito valiosa para nossos estudos.

Ana Carolina da Costa Carvalho

Ana Carolina da Costa Carvalho – Mestranda DPE/UFV

Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva

Profª. Drª. Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva – Orientadora DPE/UFV

Viçosa, 11 de junho de 2012.

Viçosa, 23 de Julho de 2013.

À secretaria de Educação municipal de Viçosa:
Gláucia Coutinho Ramos d'Antonino,

Gláucia Coutinho Ramos d'Antonino
Secretaria Municipal de Educação

Prezada secretária,

Sou aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal e estarei desenvolvendo uma pesquisa sobre os motivos pelos quais os professores, da rede pública de ensino, se afastam, temporariamente ou definitivamente, de suas atividades profissionais. Este trabalho vem sendo orientado pela professora Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva.

A primeira etapa dessa pesquisa consiste em fazer um estudo exploratório visando identificar as reais condições de sua efetivação e os possíveis percursos a serem seguidos.

Fui informada de que o docente quando se afasta da atividade profissional, o faz a partir de uma orientação prescrita por um profissional da área de saúde, mediante um atestado médico. Neste sentido, necessito de me informar como esse documento (atestado) é arquivado e qual a disponibilidade de consulta a esses para fins de uma pesquisa. Temos uma preocupação ética em preservar o nome dos pacientes, o que estamos interessados é no CID 10 que classifica os tipos de adoecimentos.

O projeto de pesquisa que iremos desenvolver será submetido ao Comitê de Ética da UFV. Para o aprimoramento desse projeto, no que se refere aos procedimentos metodológicos, necessitamos de algumas informações prévias.

Agradecemos sua atenção, na certeza de que sua contribuição será muito valiosa para nossos estudos.

Ana Carolina da Costa Carvalho
Ana Carolina da Costa Carvalho – Mestranda DPE/UFV

Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva
Profª. Drª. Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva – Orientadora DPE/UFV

Viçosa, 23 de julho de 2013.

Viçosa, 18 de novembro de 2013.

Ao Diretor geral do Instituto de Previdência dos servidores municipais de Viçosa,
Edivaldo Antônio da Silva Araújo,

Prezado Diretor,

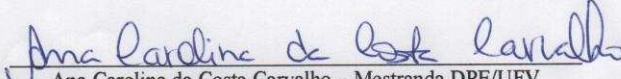
Sou aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal e estarei desenvolvendo uma pesquisa sobre aos motivos pelos quais os professores, da rede pública de ensino, se afastam, temporariamente ou definitivamente, de suas atividades profissionais. Este trabalho vem sendo orientado pela professora Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva.

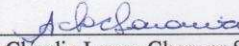
A primeira etapa dessa pesquisa consiste em fazer um estudo exploratório visando identificar as reais condições de sua efetivação e os possíveis percursos a serem seguidos.

Fui informada de que o docente quando se afasta da atividade profissional, o faz a partir de uma orientação prescrita por um profissional da área de saúde, mediante um atestado médico. Neste sentido, necessito de me informar como esse documento (atestado) é arquivado e qual a disponibilidade de consulta a esses para fins de uma pesquisa. Temos uma preocupação ética em preservar o nome dos pacientes, o que estamos interessados é no CID que classifica os tipos de adoecimentos.

O projeto de pesquisa que iremos desenvolver será submetido ao Comitê de Ética da UFV. Para o aprimoramento desse projeto, no que se refere aos procedimentos metodológicos, necessitamos de algumas informações prévias.

Agradecemos sua atenção, na certeza de que sua contribuição será muito valiosa para nossos estudos.


Ana Carolina da Costa Carvalho – Mestranda DPE/UFV


Prof.ª Dr.ª Ana Cláudia Lopes Chequer Saraiva – Orientadora DPE/UFV

Prof.ª Ana Cláudia L. C. Saraiva
Departamento de Educação - UFV.
Identificadora: 7131-5

Viçosa, 18 de novembro de 2013.

Autorizo a pesquisa visando ter informação do banco de dados do IPREVI.


Edivaldo Antônio da S. Araújo
Diretor Geral - IPREVI

Continuação do Parecer: 479.017

Benefícios: Compreender as causas de afastamento de professores do trabalho docente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O IPREVI registra todos os pedidos de afastamento do trabalho desde 2002. Nesta pesquisa será feita consulta ao banco de dados do IPREVI com o objetivo de levantar o maior número possível de códigos Internacionais de doença (CID) de professores do município de Viçosa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os documentos necessários. Pede dispensa do TCLE por ser uma pesquisa de consulta a banco de dados apenas, motivo pelo qual o CEP/UFV acata a solicitação. Apresenta autorização do diretor do IPREVI.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessária a apresentação do Relatório Final e após a aprovação desse, deve ser encaminhado o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto analisado durante a 10ª reunião de 2013, primeira sessão realizada no dia 03/12/2013.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, prédio Arthur Bernardes, piso inferior
Bairro: campi Viçosa CEP: 36.570-000
UF: MG Município: VIÇOSA
Telefone: (31)3899-2492 Fax: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br